



DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
FINANCIAL  
STATEMENTS



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Santos Brasil Participações S.A. relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Os mesmos se encontram disponíveis no *website* da Companhia, [www.santosbrasil.com.br](http://www.santosbrasil.com.br).

## Perfil Corporativo

Referência em operação de contêineres e logística, a Santos Brasil é uma empresa genuinamente brasileira que colabora ativamente para o desenvolvimento do País, com investimentos constantes destinados à modernização da infraestrutura portuária.

Presente em três portos brasileiros e capaz de atender a todas as etapas da cadeia logística, a Companhia manteve em 2011 a liderança na participação de mercado no Brasil e na América do Sul em movimentação de contêineres, segundo pesquisa realizada pela consultoria britânica Drewry Independent Maritime, que acompanha o setor portuário desde 1970.

A Companhia, cuja sede administrativa está localizada na cidade de São Paulo, conta com uma infraestrutura formada por três terminais de contêineres (Tecon Santos/SP, o maior terminal da América do Sul, Tecon Imbituba/SC e Tecon Vila do Conde/PA); um terminal de exportação e importação de veículos (TEV), localizado no Porto de Santos; e unidades de logística portuária integrada em Santos (SP), Guarujá (SP), São Bernardo do Campo (SP), Jaguaré (SP) e Imbituba (SC).

Listada desde 2006 no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, a Santos Brasil adota um modelo de crescimento contínuo e sustentável, que alia alto desempenho financeiro e operacional com preservação ambiental e responsabilidade social.

Além de investir no desenvolvimento sustentável do negócio, a Santos Brasil procura ainda gerar valor para os seus acionistas e para a sociedade, com a adoção de uma postura ética e transparente e com o apoio ao desenvolvimento de iniciativas voltadas às boas práticas de preservação ambiental e à educação profissional de jovens das comunidades onde atua.

## Desempenho Operacional

### Indicadores Operacionais

(Unidades)	2011	2010	Var.(%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
<b>Operações de cais</b>	<b>1.001.875</b>	<b>938.924</b>	<b>6,7%</b>
Contêineres Cheios	781.523	742.681	5,2%
Contêineres Vazios	220.352	196.243	12,3%
<b>Operações de armazenagem</b>	<b>179.202</b>	<b>182.900</b>	<b>-2,0%</b>
<b>LOGÍSTICA</b>			
Operações de armazenagem	74.632	67.848	10,0%
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
Veículos movimentados	205.603	154.211	33,3%

A expansão das economias dos países emergentes em 2011 deu impulso ao fluxo de cargas pelo maior porto do Brasil, fazendo com que o volume operado pelos terminais portuários da Santos Brasil superasse a marca histórica de **1.000.000** de contêineres movimentados no ano.

O crescimento de **6,7%** obtido em **2011** representa aproximadamente 2 vezes o crescimento do PIB brasileiro. Este crescimento tem sido possível em decorrência do significativo avanço da eficiência operacional do principal terminal da Companhia – o Tecon Santos. A produtividade alcançou patamares recordes históricos, finalizando 2011 com uma **média mensal de 78 movimentos por hora – MPH**.

Desta forma, o Tecon Santos se consolida como o terminal de contêineres com maior produtividade no Brasil, e em patamares similares aos melhores terminais de contêineres no mundo. No ano, a média superou as expectativas de chegar a 70 MPH.

O desempenho anual seria ainda melhor, caso o segundo semestre de 2011 não fosse afetado pela redução dos embarques de açúcar, a principal carga de exportação dos terminais, e que apresenta concentração dos embarques no segundo semestre. A volatilidade do câmbio também gerou incertezas que reduziram sutilmente as importações na segunda metade do ano.

O *mix* de contêineres cheio-vazio registrou **78% de cheios** no acumulado do ano, com o bom desempenho do fluxo de contêineres cheios de longo curso que cresceu 3,4% em 2011.

O **volume de contêineres armazenados** nos terminais portuários apresentou redução de 2,0% no ano de 2011 quando comparado a 2010, devido a menor taxa de retenção de contêineres de importação desembarcados para armazenagem no Tecon Santos que passou de 52% em 2010 para 47% no 2011.

As operações de armazenagem alfandegada da **Santos Brasil Logística** registraram crescimento de **10,0%** em relação a 2010 devido ao crescimento do *market-share* no Porto de Santos. Em 2011 foi observado forte crescimento dos serviços de logística integrada através dos Centros de Distribuição de São Bernardo do Campo e Jaguaré. Os serviços oferecidos abrangem desde o recebimento de cargas pelos terminais portuários, passando pelos CLIAS (Centro Logístico e Industrial Aduaneiro), Centros de Distribuição até o transporte rodoviário de contêineres e de distribuição de carga fracionada.

Por fim, a **movimentação de veículos** registrada no Terminal de Veículos em **2011** foi 33,3% superior a 2010. O desempenho deste segmento de negócios foi influenciado tanto pelas exportações quanto importações, que cresceram 38% e 26% respectivamente.

## Resultados Econômico-Financeiros

Os valores incluídos nesta discussão de resultados são apresentados em R\$ milhões e, portanto, sujeitos a arredondamentos. Como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

### Receita Bruta dos Serviços

(R\$ milhões)	2011	2010	Var.(%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	<b>997,5</b>	<b>787,2</b>	<b>26,7%</b>
Operações de cais	581,2	515,2	12,8%
Operações de armazenagem	416,3	272,0	53,1%
<b>LOGÍSTICA</b>	<b>216,1</b>	<b>165,5</b>	<b>30,6%</b>
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>	<b>65,1</b>	<b>30,6</b>	<b>112,7%</b>
<b>Consolidado</b>	<b>1.278,7</b>	<b>982,7</b>	<b>30,1%</b>

No segmento de **Terminais Portuários**, a receita bruta dos serviços de operações de cais cresceu 12,8% em 2011. O crescimento maior que a evolução dos volumes operacionais deve-se basicamente aos reajustes nos contratos com companhias de navegação.

A **receita com operações de armazenagem** cresceu expressivos **53,1%** no período, acima da variação do volume de contêineres armazenados. Esta diferença deve-se ao reajuste no preço dos serviços de armazenagem no Tecon Santos e ao maior *dwell time* (tempo de armazenagem) dos contêineres armazenados, que influenciou positivamente o resultado registrando aumento de 15,4 dias em 2010 para 16,4 dias em 2011.

No segmento de **Logística**, a receita bruta apresentou crescimento de **30,6%** em comparação ao ano anterior, resultado: (i) do crescimento no volume de cargas armazenadas nos CLIA's (Centro Logístico e Industrial Aduaneiro) no Porto de Santos; (ii) do esforço comercial da Companhia para incrementar os serviços de logística integrada com o objetivo de atender principalmente os clientes que utilizam o porto; (iii) expansão dos serviços com o Centro de Distribuição e transporte rodoviário; e (iv) reajustes de preços dos serviços.

A receita com o **Terminal de Veículos – TEV** no Porto de Santos registrou alta de **112,7%** em **2011**. O crescimento substancial da movimentação, o maior tempo de armazenagem e o reajuste anual dos preços permitiram ao Terminal de Veículos registrar o maior crescimento entre os segmentos de negócios, tornando-se o **principal destaque do ano**.

### Receita Líquida dos Serviços

Em 2011 a **receita líquida consolidada** montou **R\$ 1.124,7 milhões** frente aos R\$ 865,5 milhões em 2010, crescimento de expressivos **29,9%**, em linha com a evolução da receita bruta.

### Custo dos Serviços Prestados

(R\$ milhões)	2011	2010	Var.(%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Custos com Movimentação	130,2	123,0	5,9%
Custos com Pessoal	136,2	108,5	25,5%
Arrendamento e Infraestrutura	56,1	45,8	22,5%
Depreciação e Amortização	78,4	69,0	13,6%
Outros Custos	73,0	45,0	62,2%
<b>Total</b>	<b>473,9</b>	<b>391,3</b>	<b>21,1%</b>
<b>LOGÍSTICA</b>			
Combustíveis e Fretes	40,2	31,9	26,0%
Custos com Pessoal	44,5	32,2	38,2%
Depreciação e Amortização	5,6	4,1	36,6%
Outros Custos	33,3	36,9	-9,0%
<b>Total</b>	<b>123,6</b>	<b>105,1</b>	<b>17,6%</b>
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
Custos com Movimentação	13,0	8,5	52,9%
Arrendamento e Infraestrutura	3,5	3,0	16,7%
Depreciação e Amortização	9,1	9,1	0,0%
Outros Custos	3,4	1,4	142,9%
<b>Total</b>	<b>29,0</b>	<b>22,0</b>	<b>31,8%</b>
<b>Consolidado</b>	<b>626,5</b>	<b>517,8</b>	<b>21,0%</b>

### TERMINAIS PORTUÁRIOS

*Custos com Movimentação (mão-de-obra avulsa, taxa canal-TUP e outros custos variáveis):* o crescimento de 5,9% em relação a 2010 foi resultado da evolução da movimentação de contêineres nas operações de cais.

*Custos com Pessoal:* apresentaram aumento de 25,5% devido: (i) ao aumento do quadro de funcionários em função da maior demanda prevista objetivando o aumento da produtividade e capacidade; e (ii) do reajuste salarial concedido aos funcionários conforme negociação sindical.

*Arrendamento e Infraestrutura:* o aumento de R\$ 10,4 milhões em 2011 foi essencialmente resultado dos reajustes contratuais previstos nos contratos de concessão e da mudança da quantidade de movimentação mínima no Tecon Imituba. Conforme já divulgado pela

Companhia, o contrato de concessão do Tecon Imituba prevê o compromisso de uma movimentação mínima pelo terminal de 65.000 contêineres no 1º ano de atividade, 150.000 no 2º, 280.000 no 3º e de 360.000 a partir do 4º ano de atividade, sendo que o início do contrato ocorreu em abril de 2008.

*Depreciação e Amortização:* registraram aumento de 13,6% devido ao início da operação do novo cais no Tecon Imituba, bem como início das operações com os novos equipamentos.

*Outros Custos:* os outros custos registraram aumento de 62,2% no ano de 2011 devido principalmente aos gastos com manutenção que foram R\$ 15,7 milhões superiores ante o ano anterior objetivando o aumento da produtividade.

## LOGÍSTICA

*Combustíveis e Fretes:* evoluíram em 26,0% em 2011 frente a 2010, devido principalmente: (i) ao aumento da movimentação das operações de armazenagem de cargas e da prestação de serviços de transporte e distribuição; e (ii) ao reajuste nos preços cobrados por terceiros com a prestação de serviços de transporte rodoviário.

*Custos com Pessoal:* registrou crescimento de 38,2% na comparação anual, resultado do reajuste de salários conforme dissídio coletivo da categoria e principalmente pelo aumento no quadro de funcionários em 2011 para atender novos clientes do Centro de Distribuição de Jaguaré (SP).

*Depreciação e Amortização:* registraram aumento de 36,6% devido aos investimentos em novos equipamentos adquiridos para atender o crescimento da demanda.

*Outros Custos:* registraram redução devido a despesas não recorrentes ocorridas em 2010 e que não se repetiram em 2011, dentre as quais as despesas com o reparo do armazém de cargas do CLIA Alemoa devido a um incêndio ocorrido em outubro de 2010.

## Receitas ou Despesas Operacionais

(R\$ milhões)	2011	2010	Var. (%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Vendas	17,0	13,2	28,8%
Gerais e Administrativas	43,6	40,3	8,2%
<b>Total</b>	<b>60,6</b>	<b>53,5</b>	<b>13,5%</b>
<b>LOGÍSTICA</b>			
Vendas	14,1	10,0	41,0%
Gerais e Administrativas	13,2	10,7	23,4%
<b>Total</b>	<b>27,3</b>	<b>20,7</b>	<b>31,9%</b>
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
Vendas	-	-	
Gerais e Administrativas	0,3	0,1	200,0%
<b>Total</b>	<b>0,3</b>	<b>0,1</b>	<b>200,0%</b>
<b>CORPORATIVO</b>			
Gerais e Administrativas	47,8	47,3	1,1%
Depreciação e Amortização	15,6	16,5	-5,5%
<b>Total</b>	<b>63,4</b>	<b>63,8</b>	<b>-0,6%</b>
<b>Consolidado</b>	<b>151,7</b>	<b>138,1</b>	<b>9,8%</b>

As despesas operacionais consolidadas apresentaram crescimento de 9,8% em 2011, totalizando R\$ 151,7 milhões.

No segmento de **Terminais Portuários**, o aumento da receita com armazenagem elevou os gastos com comissionamento dos agenciadores de carga (calculado sobre o faturamento de armazenagem). No caso das despesas gerais, reajustes salariais pressionaram as despesas com pessoal e contratos de prestação de serviços foram reajustados conforme previsão contratual.

Na **Logística**, as despesas foram igualmente pressionadas pelo aumento dos gastos com comissionamento dos agenciadores em razão do aumento das operações e faturamento, e pelos reajustes salariais concedidos conforme dissídio coletivo.

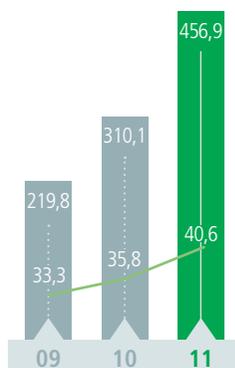
O **Terminal de Veículos** apresentou aumento de **200%** das despesas devido a grande demanda pelos serviços em **2011**, o que levou a um grande crescimento do volume operado.

O aumento verificado nas **despesas corporativas** teve como principal causa a baixa de ativo intangível no valor de R\$ 3,5 milhões que corresponde a projetos de ocupação da área da Prainha e Complexo Viário em Imbituba. Os projetos estão sujeitos a análise e aprovação das autoridades públicas e se caso forem aproveitados, a Companhia terá o direito a ressarcimento dos gastos efetuados.

## EBITDA e Margem EBITDA

(R\$ milhões)	2011	Margem (%)	2010	Margem (%)	Var. (%)	Var. % Margem
Terminais Portuários	430,1	48,6%	324,1	46,4%	32,7%	2,2 p.p.
Logística	40,0	21,6%	20,3	14,4%	97,0%	7,2 p.p.
Terminal de Veículos	34,6	63,1%	13,0	49,9%	166,2%	13,2 p.p.
Corporativo	(47,8)	-	(47,3)	-	-	-
<b>Consolidado</b>	<b>456,9</b>	<b>40,6%</b>	<b>310,1</b>	<b>35,8%</b>	<b>47,3%</b>	<b>4,8 p.p.</b>

EBITDA (Em R\$ milhões)  
e Margem EBITDA (%)



O **EBITDA Consolidado** registrou crescimento significativo de **47,3%** totalizando **R\$ 456,9 milhões** com **margem de 40,6%**, 4,8 pontos percentuais acima da margem no ano anterior.

O segmento de **Terminais Portuários** apresentou crescimento de 32,7% e incremento da margem em 2,2 pontos percentuais em razão: (i) do aumento no volume movimentado nas operações portuárias; (ii) de maior economias de escala no Tecon Santos; e (iii) reajuste dos serviços de armazenagem e operações de cais.

No Tecon Santos o **EBITDA** montou **R\$ 456,3 milhões com margem de 54%** no ano; o Tecon Imbituba ainda em fase de maturação, fechou **2011** com **EBITDA** negativo de **R\$ 25,4 milhões**. Já o Tecon Vila do Conde fechou o ano com **EBITDA** negativo de **R\$ 759 mil**.

O **EBITDA** da **Santos Brasil Logística** neste ano apresentou aumento expressivo de **97%** frente ao ano anterior com evolução de **7,2 pontos percentuais na margem EBITDA**, essencialmente devido: (i) ao volume armazenado nos CLIAS no Porto de Santos; (ii) ao esforço comercial da Companhia para incrementar os serviços de logística integrada com o objetivo de atender principalmente os clientes que utilizam o porto; (iii) expansão dos serviços por meio de um novo Centro de Distribuição na cidade de São Paulo; e (iv) reajustes de preços dos serviços.

O **EBITDA** do **Terminal de Veículos** montou expressivos **R\$ 34,6 milhões** com crescimento de 166,2% e aumento de 13,2 pontos percentuais na margem. Tal resultado é consequência do grande volume de veículos movimentados, do reajuste de preço do serviço e da forte produtividade deste terminal.

## Lucro / Prejuízo Líquido

(R\$ milhões)	2011	2010	Var. (%)
<b>EBITDA</b>	<b>456,9</b>	<b>310,1</b>	<b>47,3%</b>
Depreciação e Amortização	(110,4)	(100,5)	9,9%
<b>EBIT</b>	<b>346,5</b>	<b>209,6</b>	<b>65,3%</b>
Resultado Financeiro	(47,0)	(3,2)	-
<b>IRPJ / CSLL</b>	<b>(53,2)</b>	<b>(95,2)</b>	<b>-44,1%</b>
Minoritários	0,2	0,8	-
<b>Lucro Líquido</b>	<b>246,5</b>	<b>112,0</b>	<b>120,2%</b>

Em 2011 o Lucro Líquido obteve crescimento de **120,2%**, influenciado positivamente pelo forte crescimento do resultado operacional da Companhia e também devido à incorporação do Tecon Santos na Santos Brasil Participações S.A.

O melhor resultado operacional foi consequência principalmente do incremento da receita líquida nos segmentos de terminais de contêineres e veículos que por sua vez é decorrente do ganho de *market-share* nestas atividades dado a ótima produtividade operacional da Companhia. Com isso, o lucro líquido foi positivamente afetado com a margem líquida atingindo **21,9%** em **2011**, **9,0 pontos percentuais** acima do ano anterior.

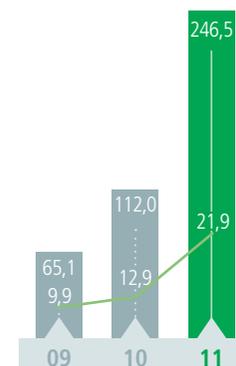
## DÍVIDA E DISPONIBILIDADE

(R\$ milhões)	Moeda	31/12/2011	31/12/2010	Var. (%)
Curto Prazo	Nacional	295,1	60,5	387,8%
	Estrangeira	51,3	101,7	-49,6%
Longo Prazo	Nacional	264,9	78,4	237,9%
	Estrangeira	93,8	225,7	-58,4%
<b>Endividamento Total</b>		<b>705,1</b>	<b>466,3</b>	<b>51,2%</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>294,9</b>	<b>107,5</b>	<b>174,3%</b>
<b>Dívida Líquida</b>		<b>410,2</b>	<b>358,8</b>	<b>14,3%</b>

O **Endividamento Total** consolidado atingiu o montante de **R\$ 705,1 milhões em 31 de dezembro de 2011**. Em dezembro de 2011 houve captação de **R\$ 150 milhões** via Nota de Crédito a Exportação, com custo anual de **CDI + 1,6%** e prazo de 3 anos. Este recurso tem como objetivo o pagamento de empréstimos com vencimento no curto prazo e a redução do custo da dívida da Companhia. Desta forma, as **disponibilidades de Caixa** cresceram **174,3%** no ano e a **dívida líquida** ficou em **R\$ 410,2 milhões** com aumento de **14,3%**, o que corresponde a 0,9 vezes o EBITDA acumulado de 12 meses da Companhia. Adicionalmente, para o exercício de 2011 a Companhia anunciou a distribuição de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos no valor de **R\$ 187,4 milhões**.

Devido ao vigoroso resultado operacional obtido ao longo do ano e com a perspectiva de melhora de geração de caixa da Companhia tanto pelo aumento do resultado operacional como pela baixa necessidade de investimentos nos próximos anos, a agência de *rating* Standard & Poor's elevou em sua Escala Nacional Brasil o *rating* atribuído à Companhia de "brAA-" para "brAA".

Lucro líquido (Em R\$ milhões) e Margem Líquida (%)



## INVESTIMENTOS

(R\$ Milhões)	2011	2010	Var. (%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	<b>175,9</b>	<b>163,9</b>	<b>7,3%</b>
Tecon Santos	43,4	32,0	35,6%
Tecon Imbituba	125,3	130,0	-3,6%
Tecon Vila do Conde	7,1	1,9	273,7%
<b>LOGÍSTICA</b>	<b>20,3</b>	<b>22,6</b>	<b>-10,2%</b>
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>	<b>0,2</b>	<b>1,0</b>	<b>-80,0%</b>
<b>CORPORATIVO</b>	<b>0,4</b>	<b>22,4</b>	<b>-</b>
<b>Consolidado</b>	<b>196,7</b>	<b>210,0</b>	<b>-6,3%</b>

Os **investimentos** totalizaram **R\$ 196,7 milhões em 2011**. O Tecon Imbituba absorveu 58% do total investido e mais de 90% do investimento foi direcionado para expansão e melhoria das operações da Companhia. Os investimentos realizados no Tecon Vila do Conde correspondem essencialmente à adequação do pátio de operações. Vale ressaltar que R\$ 12,7 milhões no acumulado de 2011 referem-se a efeitos de financiamento sobre capitalização do custo de empréstimos sobre ativos imobilizados em andamento, sem impacto no caixa relacionado aos investimentos.

Em 2011 a Companhia finalizou as obras de expansão e reforço do cais no Tecon Imbituba, além de ter adquirido 2 guindastes ZPMCs para suportar o crescimento esperado para este terminal. No Tecon Santos, foram adquiridos 12 novos RTG *twin picks* (capazes de içar 2 contêineres de 20 pés) além de 30 novos *terminal tractors* para substituir os caminhões de uso interno. Tais investimentos reforçam a expectativa de crescimento operacional e capacitam os terminais a receber um fluxo crescente de contêineres com investimentos marginais nos próximos anos.

### Governança Corporativa

A Companhia está submetida aos requisitos das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), desde 13 de outubro de 2006, data do IPO da Santos-Brasil S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 24 de outubro de 2007, foi aprovada a incorporação, pela Santos Brasil Participações S.A., da totalidade das ações de emissão da Santos-Brasil S.A., passando essa última a ser subsidiária integral da Santos Brasil Participações S.A. Assim, desde 5 de dezembro de 2007, data em que a Santos Brasil Participações S.A. celebrou o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 2, as ações e UNITS de emissão da Santos-Brasil S.A. foram negociadas até 04.12.2007 e a partir de 05.12.2007 somente as ações e UNITS de emissão da Santos Brasil Participações S.A. são negociadas no segmento especial do Nível 2 da Bovespa.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de setembro de 2011, foram aprovadas a incorporação da parcela cindida da Santos-Brasil S.A. e a incorporação da Nara Valley Participações S.A. pela Companhia, nas condições constantes do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial SBSA e no Protocolo e Justificação de Incorporação NV. Também foi aprovada a reforma no Estatuto Social para refletir as alterações decorrentes da incorporação da parcela cindida da Santos-Brasil S.A.

Em 19 de dezembro de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da Santos-Brasil S.A., que tem como única acionista a Santos Brasil Participações, deliberou por alterar a denominação social da Santos-Brasil S.A., que passou a ser denominada Numeral 80 Participações S.A.

A Companhia tem o compromisso de buscar permanentemente o aprimoramento de suas práticas de Governança Corporativa e do seu relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, órgãos públicos e empregados, dentre outros envolvidos com os seus negócios.

Estão incluídos na estrutura de Governança Corporativa da Companhia: (i) o Conselho de Administração; (ii) a Diretoria Estatutária; e (iii) o Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração, órgão máximo no modelo de governança da Santos Brasil, é formado por nove membros titulares, sendo três conselheiros independentes e ainda seis suplentes. Seus membros, eleitos em Assembleia Geral (AGO), têm mandato unificado de dois anos, com possibilidade de reeleição.

A Diretoria Estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelo Diretor-Presidente e pelos Diretores: (i) de Operações; (ii) Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores; e (iii) Comercial, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar os atos dos administradores e o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros (um presidente e três conselheiros), sendo um eleito pelos acionistas minoritários, além de quatro suplentes (destes, um eleito é pelos preferencialistas). O Conselho Fiscal possui caráter permanente, com atuação independente da Administração e dos auditores externos da Companhia.

A Companhia informa que garante *tag-along* de 100% para os não controladores em caso de alienação e/ou mudança de controle, tanto para as ações ordinárias como para as preferenciais.

### **Capital Humano**

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores através de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas estabelecidas e responsabilidade na melhoria operacional e criação de valor ao negócio da Companhia.

Os resultados positivos alcançados no ano foram frutos das decisões sobre as condições necessárias para que a Companhia atingisse seus propósitos dentro do planejamento estabelecido. Os processos de promoção, desenvolvimento e valorização tem como objetivo o reconhecimento profissional do indivíduo e visam o melhor desempenho da Companhia no longo prazo.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia e, em 2011, a Santos Brasil finalizou o ano com 3.534 colaboradores.

### **Sustentabilidade**

O cuidado com o meio ambiente e comunidade está presente no dia a dia da Santos Brasil, que desenvolve iniciativas para garantir a preservação ambiental na realização de suas atividades e o estreitamento das relações sociais com as comunidades do entorno.

No ano de 2011, a Santos Brasil reafirmou seu compromisso com a sociedade e ampliou a abrangência de suas ações voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Com o objetivo de desenvolver um sistema de monitoramento claro e preciso das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a Santos Brasil deu continuidade ao "Projeto Carbono" e realiza desde 2008 inventário de emissão de GEE no Tecon Santos e Santos Brasil Logística.

Uma das ações implantadas para reduzir as emissões foi a substituição da gasolina por etanol, que praticamente zera as emissões de CO<sub>2</sub>, na frota de veículos leves do Tecon Santos e de nas unidades da Santos Brasil Logística. A ação abrangeu todos os 58 veículos utilizados na locomoção de equipes, inspeção, movimentação de materiais e outros serviços internos no Tecon Santos e Santos Brasil Logística.

A Companhia também desenvolve e apoia projetos de inclusão social com foco em educação e promoção da cidadania. Através do programa Escola Santos Brasil Formare, uma iniciativa desenvolvida desde 2009 em parceria com a Fundação lochpe, a Santos Brasil oferece cursos profissionalizantes para estudantes do último ano do ensino médio de escolas públicas, apoiando-os no desenvolvimento integral de suas potencialidades e na obtenção de seu primeiro emprego.

A partir deste posicionamento, a Companhia ainda promove e estimula programas de conscientização sobre exploração infantil entre seus funcionários, leitura entre jovens, e mantém uma parceria com a Pastoral da Criança com foco no desenvolvimento integral de crianças carentes.

### **Auditoria Independente**

As demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas são auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses; assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve: (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) promover os interesses do seu cliente.

Nesse sentido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, foram contratados os seguintes serviços: (i) levantamento e avaliação de riscos referentes ao ambiente geral da Tecnologia da Informação; e (ii) revisão de declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica. Tais serviços totalizaram R\$ 179 mil, que representaram, aproximadamente, 22% dos serviços de auditoria externa contratados para o referido exercício.

### **Cláusula Compromissória de Arbitragem**

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

### **Mensagem Final**

Sempre procurando antecipar-se ao crescimento do fluxo de comércio internacional, a Santos Brasil colabora significativamente para aumentar a capacidade logística portuária do País, promovendo investimentos constantes em infraestrutura, aquisições, expansão, modernização tecnológica, capacitação de pessoal e gestão.

Os investimentos totais promovidos desde sua criação ultrapassam a marca de R\$ 3 bilhões e, em 2011, totalizaram R\$ 196,7 milhões, com destaque para a ampliação e modernização do Tecon Imituba como uma importante alternativa logística para a região Sul do País.

As melhorias operacionais também são refletidas nos indicadores de produtividade. Durante o ano, a soma do volume operado nos três terminais da Companhia cresceu 6,7% em relação a 2010 e, ao longo de 2011, o Tecon Santos atingiu recorde de produtividade em sua história superando a média mensal de 80 MPH (movimentos por hora) e média anual de 70 MPH, índice que mantém a Santos Brasil no mesmo patamar de eficiência dos principais operadores mundiais.

Para garantir sinergia operacional e eficiência no gerenciamento logístico, a Companhia oferece todos os serviços de transporte, distribuição e armazenagem integrados aos terminais portuários, e desenvolve soluções completas de logística para clientes dos mais variados segmentos: autopeças, eletroeletrônicos, bens de consumo, indústria alimentícia, farmacêutica e química.

A Companhia busca ajustar seus processos e recursos conforme o nível de serviço demandado. Neste ano, os esforços concentraram-se na expansão da capacidade com a manutenção dos custos em patamares adequados e na maximização do resultado econômico-financeiro por meio do crescimento das receitas. Em 2011 foi possível manter a expansão das receitas, margens operacionais e, conseqüentemente, o aumento da rentabilidade.

Desta forma, a Administração entende que a Companhia está plenamente capacitada a manter o grau de qualidade internacional já conferido aos serviços prestados e está comprometida com a melhoria da produtividade, rentabilidade, e maior criação de valor para os acionistas e sociedade.

São Paulo, 31 de janeiro de 2012

### **A Administração**

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Acionistas da  
Santos Brasil Participações S.A.  
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santos Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Santos Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Santos Brasil Participações S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de janeiro de 2012

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin

Contador CRC 1SP142133/O-7

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado
		31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	222.557	11.522	266.831	82.566
Aplicações financeiras	8	28.023	-	28.023	24.947
Contas a receber	9	88.036	3.700	114.586	68.484
Precatórios a receber	10	-	-	-	3.413
Estoques		10.833	-	11.918	7.724
Ativo fiscal corrente	11	6.638	10.277	9.247	16.299
Dividendos a receber		9.263	738	-	-
Despesas pagas antecipadamente		622	46	1.029	327
Operações com <i>Swap</i>	27b1	4.822	2.320	4.959	2.320
Mútuo a receber	7a	4.364	-	-	-
Outros ativos		1.652	452	3.625	3.279
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>376.810</b>	<b>29.055</b>	<b>440.218</b>	<b>209.359</b>
<b>Não circulante</b>					
Depósitos judiciais	18	122.241	6	133.864	111.284
Ativo fiscal diferido	25b	94.009	-	96.322	43.064
Precatórios a receber	10	-	-	3.623	-
Mútuo a receber	7a	-	24.445	-	-
Operações com <i>Swap</i>	27b1	4.272	9.280	4.272	9.280
Outros ativos		9.573	5.793	10.035	10.367
Investimentos	12	387.999	1.177.781	-	-
Ativo imobilizado	13	996.131	284.619	1.133.557	1.017.078
Ativo intangível	14	338.148	132.900	586.530	622.345
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>1.952.373</b>	<b>1.634.824</b>	<b>1.968.203</b>	<b>1.813.418</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.329.183</b>	<b>1.663.879</b>	<b>2.408.421</b>	<b>2.022.777</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado		Reclassificado	
		31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
<b>Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos e Notas Promissórias	15	305.830	64.557	312.073	127.153
Debêntures	16	34.344	34.953	34.344	34.953
Fornecedores		40.491	12.242	55.459	53.301
Salários e obrigações sociais		34.988	484	46.722	37.820
Impostos, taxas e contribuições		18.626	1.000	25.969	16.672
Impostos parcelados	17	-	-	4.836	4.948
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		63.620	40.956	63.620	40.957
Mútuo a pagar	7a	-	40.933	-	-
Operações com <i>Swap</i>	27b1	52	6.191	53	9.671
Outras contas a pagar		356	121	1.305	5.686
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>498.307</b>	<b>201.437</b>	<b>544.381</b>	<b>331.161</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	310.821	167.739	325.463	238.094
Debêntures	16	33.182	66.064	33.182	66.064
Impostos diferidos sobre precatórios		-	-	1.232	1.160
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	18	108.698	-	111.532	87.370
Passivo fiscal diferido	25b	92.523	14.178	104.796	85.219
Outros		-	-	2.183	-
<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b>545.224</b>	<b>247.981</b>	<b>578.388</b>	<b>477.907</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social integralizado	20a	1.053.893	1.042.070	1.053.893	1.042.070
Reservas de capital	20b	47.783	49.247	47.783	49.247
Reservas de lucros	20c	159.457	100.282	159.457	100.282
Dividendo adicional proposto	20d	24.519	22.862	24.519	22.862
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>1.285.652</b>	<b>1.214.461</b>	<b>1.285.652</b>	<b>1.214.461</b>
Participação de não controladores		-	-	-	(752)
<b>Total Patrimônio Líquido</b>		<b>1.285.652</b>	<b>1.214.461</b>	<b>1.285.652</b>	<b>1.213.709</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>2.329.183</b>	<b>1.663.879</b>	<b>2.408.421</b>	<b>2.022.777</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O LUCRO POR AÇÕES)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
<b>Receita líquida</b>	21	279.488	3.784	1.124.670	865.533
Custo dos serviços prestados		(171.490)	(13.965)	(626.496)	(517.782)
<b>Lucro bruto</b>		107.998	(10.181)	498.174	347.751
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Vendas		(4.940)	(97)	(31.502)	(23.283)
Administrativas		(49.800)	(12.310)	(102.679)	(85.253)
Amortização de Ágio		(5.141)	-	(15.616)	(16.126)
Outras receitas operacionais	22	659	326	3.831	2.321
Outras despesas operacionais	22	(4.382)	-	(5.708)	(15.779)
<b>Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos</b>		44.394	(22.262)	346.500	209.631
Receitas financeiras	23	81.399	87.208	100.188	123.803
Despesas financeiras	23	(131.257)	(92.663)	(147.155)	(126.960)
<b>Resultado financeiro</b>		(49.858)	(5.455)	(46.967)	(3.157)
Resultado de equivalência patrimonial	12	197.441	149.304	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		191.977	121.587	299.533	206.474
Imposto de renda e contribuição social – corrente		-	-	(86.808)	(62.668)
Imposto de renda e contribuição social – diferido		54.585	(9.551)	33.611	(32.577)
	25	54.585	(9.551)	(53.197)	(95.245)
<b>Resultado do exercício</b>		246.562	112.036	246.336	111.229
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores		246.562	112.036	246.562	112.036
Acionistas não controladores		-	-	(226)	(807)
<b>Resultado do exercício</b>		246.562	112.036	246.336	111.229
<b>Lucro básico por ação ON – R\$</b>	26a	0,37399	0,17084	0,37399	0,17084
<b>Lucro básico por ação PN – R\$</b>	26a	0,37399	0,17084	0,37399	0,17084
<b>Lucro diluído por ação ON – R\$</b>	26b	0,37244	0,16961	0,37244	0,16961
<b>Lucro diluído por ação PN – R\$</b>	26b	0,37244	0,16961	0,37244	0,16961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(EM MILHARES DE REAIS)

Nota	Controladora						Consolidado				
	Capital social integralizado	Reservas de capital			Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do Patrimônio atribuível aos controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido
		Plano de opção de compra de ações	Outras	Legal	Investimento						
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2010</b>	1.042.070	20.603	28.923	5.674	67.720	-	-	1.164.990	(4.715)	1.160.275	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	112.036	112.036	(807)	111.229	
Plano de opção de compra de ações	24	-	4.269	-	-	-	-	4.269	-	4.269	
Destinação do lucro:											
Reserva legal	20c	-	-	5.602	-	-	(5.602)	-	-	-	
Dividendos intermediários creditados	20d	-	-	-	-	-	(49.829)	(49.829)	-	(49.829)	
Juros sobre capital próprio creditados	20d	-	-	-	-	-	(12.457)	(12.457)	-	(12.457)	
Reserva para investimento e expansão	20c	-	-	-	21.286	-	(21.286)	-	-	-	
Dividendo adicional proposto	20d	-	-	-	-	22.862	(22.862)	-	-	-	
Variação na participação em Controladas		-	-	(4.548)	-	-	-	(4.548)	4.770	222	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	1.042.070	24.872	24.375	11.276	89.006	22.862	-	1.214.461	(752)	1.213.709	
Dividendos pagos		-	-	-	-	(22.862)	-	(22.862)	-	(22.862)	
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	246.562	246.562	(226)	246.336	
Plano de opção de compra de ações	24	-	4.014	-	-	-	-	4.014	-	4.014	
Opção exercida	24	11.823	-	-	-	-	-	11.823	-	11.823	
Destinação do lucro:											
Reserva legal	20c	-	-	12.328	-	-	(12.328)	-	-	-	
Dividendos intermediários creditados	20d	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-	(90.000)	
Juros sobre capital próprio creditados	20d	-	-	-	-	-	(72.868)	(72.868)	-	(72.868)	
Reserva para investimento e expansão	20c	-	-	-	46.847	-	(46.847)	-	-	-	
Dividendo adicional proposto	20d	-	-	-	-	24.519	(24.519)	-	-	-	
Variação na participação em Controladas		-	-	(5.478)	-	-	-	(5.478)	978	(4.500)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	1.053.893	28.886	18.897	23.604	135.853	24.519	-	1.285.652	-	1.285.652	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	Reclassificado 31.12.2010
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro antes tributação</b>	191.977	121.587	299.533	206.474
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>				
Variações monetárias e cambiais	11.299	(23.129)	16.961	(24.122)
Depreciação e amortização	38.003	2.916	110.434	100.461
Provisão e baixa de projetos de investimentos inviabilizados	3.887	-	4.352	12.730
Constituição (reversão) da provisão para contingências	8.537	-	24.162	19.044
Equivalência patrimonial	(197.441)	(149.304)	-	-
Plano de opção de compra de ações	3.857	4.269	4.014	4.269
Baixas e resultado na venda de ativos permanentes	(11)	-	(156)	2.687
Juros sobre debêntures	10.542	7.378	10.542	7.378
Juros sobre empréstimos apropriados	34.736	26.188	38.495	32.740
Juros sobre empréstimos capitalizados	12.294	14.521	12.748	14.542
Ganho/(Perda) em operações com <i>swap</i>	(1.737)	8.768	(6.782)	6.339
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	96.262	204.643	-	-
Participação dos minoritários	-	-	-	222
Reversão de IRPJ e CSLL sobre precatórios	-	-	-	1.106
	212.205	217.837	514.303	383.870
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
<b>(Aumento) Diminuição dos ativos:</b>				
Contas a receber	(22.589)	(808)	(46.102)	(16.605)
Estoques	20	-	(4.194)	(2.217)
Ativo fiscal corrente	3.719	(3.380)	7.052	(7.315)
Despesas pagas antecipadamente	364	55	(702)	(51)
Depósitos judiciais	(6.966)	-	(22.580)	(18.633)
Mútuos a receber	20.081	9.357	-	-
Outros ativos	2.777	(103)	(224)	6.173
<b>Aumento (Diminuição) dos passivos:</b>				
Fornecedores	9.150	5.526	2.158	(62.891)
Salários e obrigações sociais	8.961	57	8.902	11.001
Impostos, taxas e contribuições	(508)	(854)	11.723	412
Contas a pagar	-	-	42	(2.291)
Mútuos a pagar	28.234	40.933	-	-
Outros passivos	(921)	84	(2.243)	3.065
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(89.346)	(60.097)
Juros pagos por debêntures/empréstimos	(41.270)	(62.755)	(46.165)	(70.024)
<b>Caixa líquido oriundo das atividades operacionais</b>	<b>213.257</b>	<b>205.949</b>	<b>332.624</b>	<b>164.397</b>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	Reclassificado 31.12.2010
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado	(137.457)	(87.839)	(195.272)	(204.864)
Alienação de imobilizado	65	-	1.414	42.456
Aumento de investimento em controladas	(36.057)	(81.624)	-	-
Aquisição de participação societária em controladas	-	-	(4.500)	-
Aumento do ativo intangível	(41)	-	(1.436)	(8.131)
Incorporação Santos-Brasil S.A.	98.776	-	-	-
Incorporação Nara Valley Part. S.A.	6	-	-	-
Aplicações financeiras	(914)	-	(3.076)	(24.947)
<b>Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos</b>	<b>(75.622)</b>	<b>(169.463)</b>	<b>(202.870)</b>	<b>(195.486)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Recebimento de opções de compra de ações exercidas	11.823	-	11.823	-
Empréstimos tomados	330.226	98.376	366.400	131.108
Pagamentos de empréstimos	(105.584)	(228.734)	(160.647)	(282.805)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	(163.065)	(52.811)	(163.065)	(52.811)
<b>Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>73.400</b>	<b>(183.169)</b>	<b>54.511</b>	<b>(204.508)</b>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>211.035</b>	<b>(146.683)</b>	<b>184.265</b>	<b>(235.597)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.522	158.205	82.566	318.163
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>222.557</b>	<b>11.522</b>	<b>266.831</b>	<b>82.566</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
<b>RECEITAS</b>	306.437	4.504	1.247.682	955.631
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	306.410	4.200	1.246.026	953.712
Outras receitas	598	326	3.587	2.212
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/(Constituição)	(571)	(22)	(1.931)	(293)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	(114.668)	(15.334)	(378.115)	(316.481)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(64.180)	(8.214)	(210.685)	(182.442)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(46.167)	(7.120)	(161.964)	(118.549)
Outras	(4.321)	-	(5.466)	(15.490)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	191.769	(10.830)	869.567	639.150
<b>DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	(38.003)	(2.916)	(110.434)	(100.461)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	153.766	(13.746)	759.133	538.689
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	278.840	236.512	100.188	123.803
Resultado de equivalência patrimonial	197.441	149.304	-	-
Receitas financeiras	81.399	87.208	100.188	123.803
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	432.606	222.766	859.321	662.492
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	432.606	222.766	859.321	662.492
Pessoal	65.287	6.767	215.160	173.281
Remuneração direta	55.689	6.531	171.412	139.271
Benefícios	7.362	179	33.912	26.592
F.G.T.S	2.236	57	9.836	7.418
Impostos, taxas e contribuições	(21.741)	10.212	205.403	211.197
Federais	(31.126)	10.125	163.028	178.884
Estaduais	8	-	5.546	4.638
Municipais	9.377	87	36.829	27.675
Remuneração de capitais de terceiros	142.498	93.751	192.422	166.785
Juros	131.257	92.663	147.155	126.960
Aluguéis	11.241	1.088	45.267	39.825
Remuneração de Capitais Próprios	246.562	112.036	246.336	111.229
Juros sobre o Capital Próprio	72.868	12.457	72.868	12.457
Dividendos	90.000	49.829	90.000	49.829
Dividendos adicional proposto	24.519	22.862	24.519	22.862
Lucros retidos	59.175	26.888	59.175	26.888
Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)	-	-	(226)	(807)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(EM MILHARES DE REAIS)

## 1. Contexto operacional

A Santos Brasil Participações S.A. (Companhia), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades brasileiras ou estrangeiras e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres ou afins.

Em 24 de outubro de 2007, por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Santos-Brasil S.A. (Santos-Brasil), foi aprovada a compra da totalidade das ações de emissão da Alphapart Participações S.A., empresa aberta desde 1998 que jamais exerceu qualquer atividade operacional, para que viesse a funcionar como sociedade *holding* com a nova denominação de Santos Brasil Participações S.A. (Companhia). Foi aprovada, em ato subsequente, a incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Santos-Brasil, que passou a ser sua subsidiária integral.

A incorporação das ações foi efetivada, sem dissidência entre os acionistas, resultando no aumento de capital da Companhia para R\$ 1.042.070, dividido em 655.776.449 ações, sendo 452.567.461 ações ordinárias e 203.208.988 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, atribuídas aos acionistas da Santos-Brasil, em substituição àquelas que esses detinham, observada a relação de 1 ação de emissão da Companhia para cada ação da Santos-Brasil.

As *units* são negociadas pelo *ticker* STBP11 na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, sob observância, das práticas de Governança Corporativa – Nível 2.

Em 31 de julho de 2010, a Companhia, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, incorporou a sua controlada Tecon Imbituba S.A., conforme Nota Explicativa nº 1-b. O acervo líquido decorrente da incorporação está demonstrado na Nota Explicativa nº 12-d.

Em 31 de julho de 2010, a Companhia, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, incorporou a parcela cindida da Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A., conforme Nota Explicativa nº 1-d. O acervo líquido decorrente da incorporação está demonstrado na Nota Explicativa nº 12-d.

Em 15 de setembro de 2011, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a operação de cisão parcial da Santos-Brasil, seguida da incorporação da parcela cindida. Nessa mesma Assembleia foi aprovada a incorporação da Nara Valley Participações S.A. (Nara Valley). Os acervos líquidos decorrentes dessas incorporações estão demonstrados na Nota Explicativa nº 12-d.

A parcela cindida e incorporada da Santos-Brasil consistiu em todos os bens móveis e imóveis, direitos e obrigações, passando a ser a filial operacional Tecon Santos, remanescendo na Santos-Brasil apenas o caixa no montante de R\$ 10 (dez mil reais) e capital social de valor correspondente. Dessa forma a Santos-Brasil continua como companhia aberta, sem solidariedade com a Incorporadora, uma vez que ficou ajustado que a Incorporadora será responsável por todas as obrigações que competiam à Santos-Brasil, não remanescendo na Santos-Brasil qualquer obrigação.

Em decorrência da incorporação, a Nara Valley foi extinta, sendo sucedida pela Incorporadora a título universal.

Em 19 de dezembro de 2011, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias, as controladas Santos-Brasil S.A. e Mesquita S.A. Transportes e Serviços passaram a ser denominadas Numeral 80 Participações S.A. (Numeral 80) e Nova Logística S.A. (Nova Logística) respectivamente.

**a. Contexto operacional da filial operacional Tecon Santos (Tecon Santos)**

A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos – Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres ou afins que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97.

Em janeiro de 2010, a filial operacional Tecon Santos inaugurou a área denominada Tecon 4, representada pela expansão do pátio em 112.715 m<sup>2</sup>, totalizando uma área de 596.715 m<sup>2</sup>, e a construção de mais um berço, originada do Aditivo ao Contrato de Arrendamento celebrado em julho de 2006.

**b. Contexto operacional da filial operacional Tecon Imbituba (Tecon Imbituba)**

A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres ou afins que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 da Concorrência nº 1/2007 – Administração do Porto.

Esta filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2031, por meio da operação, conservação e melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém, e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços do Tecon Imbituba, conforme Nota Explicativa nº 1-d.

**c. Contexto operacional da controlada Nova Logística S.A. (Nova Logística)**

A controlada Nova Logística tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada, desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação, exportação, e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois CLIAS (Centro Logístico Industrial Alfandegado).

**d. Contexto operacional da controlada Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A. (Union)**

A controlada Union, inicialmente, tinha como um dos objetos a exploração comercial do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém, e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços do Tecon de Imbituba, nos termos do Contrato de Arrendamento celebrado naquela data.

Em janeiro de 2010, a controlada Union, através da sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos – TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, operação e investimentos nas instalações portuárias, visando a movimentação e armazenagem de veículos, relativos a exportação, importação e cabotagem, nos termos do Contrato de Arrendamento celebrado naquela data (Nota Explicativa nº 19-b).

Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao TEV, contemplando 27.500 m<sup>2</sup> aproximadamente, mediante a solicitação e aprovação da administração do porto.

Em 31 de dezembro de 2010 foi efetivada a cisão parcial da controlada Union, conforme Nota Explicativa nº 1. A parcela incorporada por sua controladora refere-se ao Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, e a parcela remanescente ao Terminal de Exportação de Veículos – TEV.

**e. Contexto operacional da controlada Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. (Convicon)**

A controlada indireta Convicon tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres, e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

**f. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Tecon 1, com a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP**

A filial operacional Tecon Santos, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu o compromisso referente ao lance no montante de R\$ 74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período), as quais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, por se tratar de um arrendamento operacional.

Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP baseados em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual (MMC), de embarques e desembarques nas operações dos navios. A MMC, a partir de novembro de 2003, passou a ser de 363.000 contêineres anuais, conforme o contrato original. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito a multa de até 2% da somatória das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

Em razão do Primeiro Aditamento ao contrato original, assinado em 3 de julho de 2006, a MMC de 363.000 vigorará até o 48º mês a partir da obtenção da Licença de Instalação (LI), fornecida pela CETESB, referente à área acrescida pelo Tecon 4, que se deu em 19 de outubro de 2007. A partir do 49º mês, ou seja, 19 de outubro de 2011, a MMC passou a ser de 513.000 por ano. Este aditamento incluiu nas MMCs acima a meta de 70.000 contêineres na movimentação na navegação por cabotagem.

O contrato de exploração prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores adicionais por contêiner movimentado acima de duas vezes a MMC. Tais valores variam: (i) de R\$ 13,11 por contêiner movimentado que exceder o dobro da MMC, quando a movimentação se situar no intervalo de duas a três vezes a faixa mínima aplicável; e (ii) de R\$ 6,56 por contêiner movimentado que exceder a MMC para os casos em que a movimentação estiver acima de três vezes a faixa mínima estipulada.

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CODESP, ora em utilização pela filial, devem ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CODESP após o término ou a extinção do contrato.

**g. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Tecon Imbituba, com a Companhia Docas de Imbituba – CDI**

A Tecon Imbituba tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo terminal de 65.000 contêineres no 1º ano de atividade, 150.000 no 2º, 280.000 no 3º e de 360.000 a partir do 4º ano de atividade. Tal compromisso não vem sendo cumprido, gerando assim, em 31 de dezembro de 2011, multa no montante de R\$ 19.927, contabilizada como custo dos serviços prestados.

O compromisso de investimentos mínimos contempla, numa primeira etapa, obras de ampliação da retroárea existente, bem como a construção de área administrativa, *gates*, armazém, obras de reforço e contenção do berço e a expansão deste berço em mais 120 metros. Inclui, também, a aquisição de equipamentos para o cais e retroárea compatíveis com as instalações, ou sejam, guindastes móveis de cais (MHC – *mobile harbour crane*), *reach stackers*, caminhões com reboques e empilhadeiras. Numa segunda etapa, deverá ser pavimentada uma nova retroárea, adicional à primeira. Novos equipamentos de cais e retroárea deverão ser comprados no decorrer dos anos, para repor os existentes e aumentar a capacidade de movimentação do terminal.

Compondo a parcela fixa do Arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da área total arrendada, no valor de R\$ 128, no 1º ano de atividade, e de R\$ 179, a partir do 2º ano.

Compondo a parcela variável do Arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da infraestrutura terrestre, no valor de R\$ 62,51 por contêiner movimentado.

Padrões operacionais mínimos foram estabelecidos, de modo que a Tecon Imbituba deve realizar, pelo menos, 6 movimentos por hora por terno, quando utilizado recurso de bordo e, no mínimo, 15 movimentos por hora por terno, quando utilizado MHC.

***h. Compromissos principais do Contrato de Exploração do Terminal de Carga Geral, com a Companhia Docas de Imbituba – CDI***

A Union tem compromisso de investimentos mínimos que contemplam ampliação de armazém em 1.500 m<sup>2</sup>, construção de novo armazém de 3.000 m<sup>2</sup>, reparos na pavimentação, ruas, cercas, portões, implantação de instalações e redes de serviços e ampliação da capacidade de contêineres refrigerados. Além disso, o contrato prevê a implantação do ISPS Code e PSPP (Plano de Segurança Pública Portuária do Porto de Imbituba), bem como a aquisição de equipamentos próprios para movimentação de carga geral.

Como remuneração acordada com a CDI, a controlada é obrigada a pagar R\$ 1,92 por tonelada movimentada, mensalmente, a título da área arrendada e R\$ 4,26 por tonelada, por navio, a título de remuneração de infraestrutura terrestre.

A Union tem compromisso de movimentação mínima de carga geral de 120 mil toneladas no 1º ano de atividade, 140 mil toneladas no 2º ano de atividade, 180 mil toneladas no 3º ano de atividade e 200 mil toneladas do 4º ano até o término do contrato.

***i. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Terminal de Veículos – TEV com a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP***

A Union tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo terminal de 182.931 veículos no 2º ano de atividade, 214.147 no 3º, 250.691 no 4º, 293.470 no 5º, e de 300.000 a partir do 6º ano de atividade.

O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao terminal e ao cais público, e a construção de *gate* e guarita para acesso interno do terminal.

Compondo a parcela mensal do Arrendamento, existe o compromisso de pagamento pelo uso da área total arrendada, no valor de R\$ 254, e R\$ 12,29 por veículo movimentado. Referente a utilização da infraestrutura, existe o compromisso de pagamento mensal no valor de R\$ 49.

***j. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Convicon, com a Companhia Docas do Pará – CDP***

A Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de pelo menos 20.000 m<sup>2</sup> do lote A, e aquisição de equipamentos, necessários para que este esteja apto a movimentar o mínimo de 30.000 contêineres após o 5º ano da assinatura do contrato.

Como parte da remuneração garantida à CDP pelo Contrato de Exploração do Convicon, a controlada está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$ 14,56 por contêiner cheio movimentado, R\$ 2,92 por contêiner vazio movimentado, e R\$ 1,46 por contêiner movimentado de carga unitizada.

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, ora em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato.

A Convicon tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Convicon ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguéis mensais acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do IGP-M.

**2. Base de preparação*****a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)***

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs);
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com os CPCs. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas na avaliação dos investimentos no qual as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial no CPCs, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2012.

#### ***b. Base de mensuração***

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### ***c. Moeda funcional e moeda de apresentação***

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### ***d. Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota nº 19 – Classificação do arrendamento mercantil – Consolidado.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 25 – Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL);
- Nota nº 18 – Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis, depósitos judiciais e contingências – Consolidado.

#### ***e. Reclassificações***

Alguns valores anteriormente apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2010 foram reclassificados para manter o padrão de apresentação do exercício corrente:

- As aplicações financeiras lastreadas a passivos cujo vencimento é superior a 90 dias, que antes eram apresentadas como caixa e equivalentes de caixa, estão demonstradas individualmente;
- As contas a receber de antigos acionistas, que antes eram apresentadas individualmente no ativo não circulante, foram reclassificadas para outros ativos;
- Os impostos diferidos sobre precatórios, que antes eram apresentados no passivo circulante, foram reclassificados para o passivo não circulante;
- Os precatórios a pagar e os honorários de precatórios, que antes eram apresentados individualmente no passivo circulante, foram reclassificados para outras contas a pagar.

### 3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas, de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### *a. Base de consolidação*

- ***Combinações de negócios***

Não houve aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data.

- ***Aquisição de participação de acionistas não controladores***

É registrado como transações entre acionistas no patrimônio líquido. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Ajustes à participação de não controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

- ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

#### *b. Moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

#### *c. Instrumentos financeiros*

- ***Ativos financeiros não derivativos***

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

• **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

• **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, precatórios, entre outros.

• **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

• **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

• **Capital social**

**Ações ordinárias e preferenciais**

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

- **Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge**

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

**d. Investimentos**

Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

**e. Imobilizado**

- **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- **Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	15 – 25 anos
Equipamentos de movimentação de carga	3 – 23 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas, equipamentos e acessórios	10 anos
Instalações, móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Imóveis	46 anos
Outros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**f. Ativos intangíveis e ágio****• Ágio**

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio é medido pelo custo e amortizado pelo prazo da concessão. O ágio sem vida útil definida é testado e deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se necessário.

O ágio gerado nas aquisições de entidades que detêm direitos de exploração, são amortizados pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

**• Concessões de serviços públicos**

As filiais e controladas da Companhia, Tecon Santos, Tecon Imbituba, Union e Convicon, possuem concessões de serviços públicos decorrentes dos contratos de arrendamento, conforme Notas Explicativas nº 1 e nº 14. Essas filiais e controladas atuam sob regime de concessão; entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos das Interpretações Técnicas ICPC nº 01 e nº 17 – Contratos de Concessão (International Financial Reporting Interpretations Committee IFRIC nº 12), em função do preço dos serviços prestados não ser regulamentado e/ou controlado pelo poder concedente.

**• Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

**• Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**• Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio sem vida útil definida, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Direitos de exploração	25 anos
Ágios nas aquisições	10 – 22 anos
Softwares	5 anos

**g. Ativos arrendados**

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

**h. Redução ao valor recuperável – Impairment**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado à UGC do segmento de negócio logística, conforme Nota Explicativa nº 30. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

#### ***i. Benefícios a empregados***

##### ***Transações de pagamentos baseados em ações***

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

##### ***Benefícios de término de vínculo empregatício***

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras, então eles são descontados aos seus valores presentes.

##### ***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

##### ***Plano de contribuição definida***

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme Nota Explicativa nº 7-d.

#### ***j. Provisões***

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**k. Receita operacional**

A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas. As operações de cais se referem, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em função da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento em que ocorre o desembarço aduaneiro e a retirada da carga importada pelo importador ou no embarque no navio da carga exportada. As operações logísticas se referem, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos Centros de Distribuição. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado, quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o contrato do cliente, e a receita de frete é reconhecida quando ocorre a entrega da mercadoria que foi armazenada.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

**l. Arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

**m. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, e PIS e Cofins sobre os juros sobre o capital próprio. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

**n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

Os valores desses tributos, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os valores do exercício corrente e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade, tampouco o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

***o. Resultado por ação***

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 – Resultado por Ação e IAS 33 – Resultado por Ação.

***p. Informações por segmento***

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente do Grupo (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

***q. Demonstrações de valor adicionado***

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

***r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas***

Novos *Standards*, emendas aos *Standards* e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos *Standards* tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia exceto pelo IFRS 9 Financial Instruments, que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia, e pelos IFRS 10 e IFRS 11, os quais podem ter impacto em suas controladas atualmente consolidadas pela Companhia. A Companhia não espera adotar esse *Standard* antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

***s. Ajuste a valor presente***

As contas sujeitas ao desconto a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Tais contas não foram trazidas ao seu valor presente em função dos prazos de liquidação serem inferiores há 60 dias.

#### 4. Demonstrações financeiras – Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas:

	País	Porcentagem de participação	
		31.12.2011	31.12.2010
<b>Controladas diretas:</b>			
Nara Valley Participações S.A. (1)	Brasil	-	100%
Terminal Portuário de Veículos S.A.	Brasil	100%	100%
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (1)	Brasil	100%	-
Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.	Brasil	100%	100%
Numeral 80 Participações S.A. (2)	Brasil	100%	100%
Nova Logística S.A. (2)	Brasil	100%	100%
<b>Controladas indiretas:</b>			
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (1)	Brasil	-	87,67%
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	Brasil	100%	87,67%

(1) Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley adquiriu, conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$ 4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário.

Em 15 de setembro de 2011, a Companhia efetivou a incorporação da controlada Nara Valley, incorporação essa aprovada em Assembléia, Geral Extraordinária, conforme Nota Explicativa nº 1. Assim, a sua controlada Pará Empreendimentos passou a ser controlada direta da Companhia.

(2) Em 19 de dezembro de 2011, conforme Assembleia Geral Extraordinária, as controladas Santos-Brasil S.A. e Mesquita S.A. Transportes e Serviços passaram a ser denominadas Numeral 80 Participações S.A. e Nova Logística S.A. respectivamente.

#### 5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

##### a. Contas a receber e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

##### b. Contratos de swaps de taxas de juros

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte quando apropriado.

##### c. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

##### d. Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados utilizando-se a fórmula *Black-Scholes*. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

## 6. Gerenciamento do risco financeiro

### Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do WACC – Custo Médio Ponderado de Capital.

A dívida em relação ao capital final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Total do passivo	1.043.531	449.418	1.122.769	809.068
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(250.580)	(11.522)	(294.854)	(107.513)
Dívida líquida	792.951	437.896	827.915	701.555
Total do patrimônio líquido	1.285.652	1.214.461	1.285.652	1.213.709
Relação dívida líquida sobre capital	0,61677	0,36057	0,64397	0,57803

Os demais riscos: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, estão apresentados na Nota Explicativa nº 27.

## 7. Partes relacionadas

### a. Contratos de Mútuo – Controladora

	31.12.2011	31.12.2010
Ativo circulante		
Convicon Contêineres da Vila do Conde S.A.	4.364	-
Ativo não circulante		
Convicon Contêineres da Vila do Conde S.A.	-	24.445
Passivo circulante		
Santos-Brasil S.A.	-	40.933

Em 15 de setembro de 2011, com a cisão e incorporação da parte cindida da Santos-Brasil, o contrato de mútuo no qual a Companhia era devedora foi realizado.

Em 20 de outubro de 2011, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi capitalizado o contrato do Convicon no montante de R\$ 32.257.

O contrato de mútuo tem por objetivo o financiamento do capital de giro da sua controlada Convicon com vencimento em 29 de fevereiro de 2012 sendo remunerado à taxa de 112% do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários), equivalente ao custo de captação para o capital de giro.

### b. Prestação de serviço portuário

A filial operacional Tecon Santos prestou serviço portuário de “Entrega imediata de contêineres” à controlada Nova Logística, no período de janeiro a dezembro de 2011, no montante de R\$ 3.141, referente a 24.579 contêineres movimentados. O preço utilizado para faturamento foi o de mercado.

**c. Remuneração do pessoal-chave**

Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011		31.12.2011	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	579	10.752	1.843	17.659
Outros benefícios	-	156	-	415
Plano de opção de compra de ações	-	3.651	-	3.772
<b>Total</b>	<b>579</b>	<b>14.559</b>	<b>1.843</b>	<b>21.846</b>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010		31.12.2010	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	54	221	1.674	15.762
Outros benefícios	-	11	-	319
Plano de opção de compra de ações	-	3.700	-	3.700
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>3.932</b>	<b>1.674</b>	<b>19.781</b>

Nos valores da diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Os diretores possuem 0,01% das ações com direito de voto da Companhia.

**d. Benefícios a empregados – Consolidado**

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, capacitação em idiomas, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão alimentação, vale-refeição e o fornecimento de refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2011, os benefícios acima representaram a aplicação de R\$ 27.168 (R\$ 20.921 no período equivalente de 2010), correspondentes a 2,42% e 2,43% da receita operacional líquida consolidada.

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Nova Logística e Union incluem em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Foi provisionado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 13.417.

**e. Avais e fianças**

A Companhia presta garantias às suas controladas, conforme segue:

- Carta de Fiança referente ao Contrato com CDP (Cia de Docas do Pará), para a Convicon, no montante de R\$ 330.
- Fiança do contrato de aluguel do CD (Centro de Distribuição), para a Nova Logística, no montante de R\$ 840.
- Aval da aquisição de caminhões, para a Nova Logística, no montante de R\$ 1.016.
- Aval da aquisição de empilhadeiras – *Reach Stacker*, para a Nova Logística, no montante de USD 1.370.
- Aval da aquisição de semirreboques, para a Nova Logística, no montante de R\$ 6.402.
- Aval da aquisição de cavalos mecânicos, para a Nova Logística, no montante de R\$ 4.137.
- Aval da aquisição de empilhadeiras elétricas e paleteiras, para a Nova Logística, no montante de R\$ 658.

**f. Controladores**

O grupo controlador, estruturado de acordo com o Edital de Leilão PND/MT/CODESP nº 01/97, cláusula 5.2.2, é composto dos acionistas International Markets Investments C.V., Multi STS Participações S.A. e Brasil Terminais S.A. Não houve nenhuma transação com o grupo controlador.

**8 Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações**

- Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Caixa e saldo em bancos	4.494	11.522	6.894	16.813
Aplicações financeiras	218.063	-	259.937	65.753
Caixa e equivalentes de caixa	222.557	11.522	266.831	82.566

- Outras aplicações mantidas para negociação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Aplicações financeiras	28.023	-	28.023	24.947

- Natureza das aplicações

Natureza das aplicações financeiras	Taxas médias % CDI	Vencimento	Controladora	
			31.12.2011	31.12.2010
Investimentos mantidos para negociação:				
CDB	102,79%	04/09/2014	105.409	-
Fundos de investimentos	101,87%	Indeterminado	140.677	-
Total			246.086	-

Natureza das aplicações financeiras	Taxas médias % CDI	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2011	31.12.2010
Investimentos mantidos para negociação:				
CDB	102,79%	04/09/2014	105.409	24.947
Fundos de investimentos	101,68%	Indeterminado	182.551	65.753
Total			287.960	90.700

O saldo apresentado a título de outras aplicações refere-se a aplicações lastreadas a passivos cujo vencimento é superior a 90 dias.

As taxas médias das aplicações, apresentadas acima, se referem às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2011 e estão relacionadas à taxa do CDI. As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo previsto contratualmente sem prejuízo da remuneração já apropriada e fazem parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas como caixa e equivalentes de caixa no ativo circulante.

## 9 Contas a receber

	Controladora	
	31.12.2011	31.12.2010
Circulante:		
No país	88.875	3.758
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(839)	(58)
Total	88.036	3.700

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Circulante:		
No país	116.080	69.024
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.494)	(540)
Total	114.586	68.484

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora	
	31.12.2011	31.12.2010
Créditos a vencer	45.671	2.167
Créditos em atraso até 60 dias	31.570	1.404
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	1.471	118
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	2.826	29
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	3.237	35
Créditos em atraso há mais de 361 dias	4.100	5
Total	88.875	3.758

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Créditos a vencer	66.790	46.654
Créditos em atraso até 60 dias	36.334	17.788
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	2.004	1.191
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	3.193	1.892
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	3.533	452
Créditos em atraso há mais de 361 dias	4.226	1.047
Total	116.080	69.024

### Redução por perda do valor recuperável (*Impairment*)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda, que no consolidado totalizavam R\$ 10.952 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 3.391 em 31 de dezembro de 2010). Desse montante são excluídos: (i) os créditos em negociação, (ii) os créditos em discussão judicial relacionados aos terminais retroportuários alfandegados (TRAs), conforme descrito na Nota Explicativa nº 18-a, e (iii) os depósitos não identificados, resultando assim, no valor final de R\$ 1.494 (R\$ 540 em 31 de dezembro de 2010).

A baixa de créditos vencidos é efetuada conforme determina o art. 9º, § 1º, inciso II da Lei nº 9.430/96.

## 10 Precatórios – Consolidado

	31.12.2011	31.12.2010
<b>Ativo circulante:</b>		
Precatórios a receber	-	3.413
<b>Ativo não circulante:</b>		
Precatórios a receber	3.623	-
<b>Passivo circulante:</b>		
Precatórios a pagar (a)	-	1.457
<b>Passivo não circulante:</b>		
Precatórios a pagar (b)	1.457	-

(a) Classificado no balanço patrimonial no grupo de outras contas a pagar no passivo circulante.

(b) Classificado no balanço patrimonial no grupo de outros no passivo não circulante.

A controlada Nova Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pagos pela Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2011, apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecidas no ativo.

O contrato de aquisição da Nova Logística prevê que os valores de precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores, líquidos dos compromissos a eles associados, de honorários advocatícios, valores estes provisionados no passivo.

## 11 Ativo fiscal corrente

	Controladora	
	31.12.2011	31.12.2010
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	3.275	4.691
Imposto de renda – IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	3.337	5.572
Outros	26	14
<b>Total curto prazo</b>	<b>6.638</b>	<b>10.277</b>

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	3.478	5.160
Imposto de renda – IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	3.606	6.728
Crédito PIS/Cofins	1.608	3.485
Outros	555	926
<b>Total curto prazo</b>	<b>9.247</b>	<b>16.299</b>

A Companhia tinha registrado, em 31 de dezembro de 2011, créditos de IRRF no total de R\$ 3.275 (R\$ 4.691 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes, principalmente de aplicações financeiras.

Os créditos consolidados de imposto de renda e contribuição social se referiam, principalmente, à Companhia no montante de R\$ 3.337 sendo decorrentes de pagamentos efetuados como antecipações nas apurações mensais do exercício anterior.

Os créditos de PIS e Cofins se referiam, principalmente, à controlada Nova Logística no montante de R\$ 1.472, sendo R\$ 941 decorrentes do processo contra a Receita Federal do Brasil movido pelos antigos acionistas. Conforme as compensações são efetuadas com o aproveitamento desse crédito, a controlada devolve os valores compensados aos citados acionistas.

## 12 Investimentos – Controladora

### a. Composição dos saldos

	31.12.2011	31.12.2010
Participações em companhias controladas	387.999	1.177.781

### b. Movimentação dos saldos – a partir de 31 de dezembro de 2010

	Numeral 80 Parti- cipações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Nara Valley Parti- cipações S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	Nova Logística S.A.	Union Armazena- gem e Operações Portuárias S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	812.447	12	22.514	-	126.736	216.072	1.177.781
Incorporação de ações	(883.199)	-	(11.739)	(12.453)	-	-	(907.391)
Transferência imobilizado	(5.782)	-	-	-	-	-	(5.782)
Aporte de capital	290	-	3.567	32.257	-	-	36.114
Adiantamento p/ futuro aumento capital	-	20	(77)	-	-	-	(57)
Equivalência patrimonial	169.836	(28)	(8.796)	(2.573)	21.532	17.470	197.441
Dividendos intermediários	(51.500)	-	-	-	-	-	(51.500)
Dividendos mínimos obrigatórios exercício anterior	-	-	-	-	(339)	(1.876)	(2.215)
Dividendos mínimos obrigatórios	(41.809)	-	-	-	(5.114)	(4.149)	(51.072)
Varição na participação em controladas	-	-	(5.477)	-	-	-	(5.477)
Programa de opção de ações	-	-	8	8	141	-	157
Saldo em 31 de dezembro de 2011	283	4	-	17.239	142.956	227.517	387.999

### c. Informações das controladas – posição em 31 de dezembro de 2011

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Nara Valley Participações S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	Nova Logística S.A.	Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.
Capital social	300	195	-	56.476	126.374	201.051
Quantidade de ações possuídas						
Ordinárias	207.060	194.926	-	56.475.951	115.935.256	204.269.217
Preferenciais	92.940	-	-	-	115.935.255	-
Patrimônio líquido	283	4	-	17.239	142.956	227.517
Participação no capital social	100%	100%	-	100%	100%	100%
Participação no patrimônio líquido	283	4	-	17.239	142.956	227.517

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Nara Valley Participações S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	Nova Logística S.A.	Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.
Ativo circulante	288	4	-	3.811	44.630	29.360
Ativo não circulante	-	-	-	29.942	167.328	206.559
Total do ativo	288	4	-	33.753	211.958	235.919
Passivo circulante	5	-	-	11.512	40.863	8.379
Passivo não circulante	-	-	-	5.002	28.139	23
Total do passivo	5	-	-	16.514	69.002	8.402
Receita líquida	582.827	-	-	22.516	133.957	54.877
Lucro (prejuízo) do exercício	169.836	(28)	(8.796)	(8.930)	21.532	17.470

A data de encerramento social das controladas é a mesma da Controladora.

#### **d. Acervo líquido de incorporação**

**d.1** Em 31 de julho de 2010, a Companhia efetivou a incorporação de sua controlada Tecon Imbituba, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, conforme reestruturação societária com o objetivo de maximizar a eficiência operacional, administrativa e financeira de suas operações.

Os valores de ativos e passivos assumidos pela Companhia, em 31 de julho de 2010, decorrentes da incorporação estão demonstrados no quadro a seguir:

<b>Ativo circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	243
Contas a receber	694
Ativo fiscal corrente	30
Despesas pagas antecipadamente	66
	<u>1.033</u>
<b>Ativo não circulante</b>	
Depósitos judiciais	6
Operações com <i>swap</i>	12
Outros	6.061
Imobilizado	194.158
Intangível	110.864
	<u>311.101</u>
<b>Total do ativo</b>	<b><u>312.134</u></b>
<b>Passivo circulante</b>	
Empréstimos e financiamentos	(3.832)
Fornecedores	(6.240)
Salários e obrigações sociais	(391)
Impostos, taxas e contribuições	(1.527)
Passivo fiscal diferido	(375)
Operações com <i>swap</i>	(137)
Outras contas a pagar	(24)
	<u>(12.526)</u>
<b>Passivo não circulante</b>	
Empréstimos e financiamentos	(11.150)
<b>Total do passivo</b>	<b><u>(23.676)</u></b>
<b>Total do acervo líquido</b>	<b>288.458</b>

**d.2** Em 13 de outubro de 2010, foi efetivada a liquidação da controlada Santos Brasil Tecon, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária nessa mesma data.

Os valores de ativos e passivos transferidos para a Companhia, em 13 de outubro de 2010, decorrentes da liquidação estão demonstrados no quadro a seguir:

<b>Ativo circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	21
	21
<b>Total do acervo líquido</b>	<b>21</b>

**d.3** Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetivou a incorporação da parcela cindida de sua controlada Union, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, conforme processo de reestruturação societária com o objetivo de maximizar a eficiência operacional, administrativa e financeira de suas operações.

Os valores de ativos e passivos assumidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2010, decorrentes da incorporação estão demonstrados no quadro a seguir:

<b>Ativo circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	9.156
Contas a receber	2.198
Despesas pagas antecipadamente	4
	11.358
<b>Ativo não circulante</b>	
Outros	63
Imobilizado	3.533
Intangível	24.040
	27.636
<b>Total do ativo</b>	<b>38.994</b>
<b>Passivo circulante</b>	
Fornecedores	(410)
Salários e obrigações sociais	(29)
Outras contas a pagar	(13)
	(452)
<b>Total do passivo</b>	<b>(452)</b>
<b>Total do acervo líquido</b>	<b>38.542</b>

d.4 Os valores de ativos e passivos assumidos pela Companhia, em 15 de setembro de 2011, decorrentes da incorporação da parcela cindida da Santos-Brasil, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, estão demonstrados no quadro a seguir:

<b>Ativo circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	98.776
Aplicações financeiras	27.109
Contas a receber	61.747
Estoques	10.853
Ativo fiscal corrente	59
Despesas pagas antecipadamente	940
Operações com Swap	1.109
Créditos com partes relacionadas	69.167
	<u>269.760</u>
<b>Ativo não circulante</b>	
Depósitos judiciais	115.269
Ativo fiscal diferido	40.307
Outros	7.757
Imobilizado	594.828
Intangível	192.353
	<u>950.514</u>
<b>Total do ativo</b>	<b><u>1.220.274</u></b>
<b>Passivo circulante</b>	
Empréstimos e financiamentos	(38.473)
Fornecedores	(19.099)
Salários e obrigações sociais	(25.543)
Impostos, taxas e contribuições	(18.134)
Dividendos a pagar	(1)
Operações com Swap	(385)
Outras contas a pagar	(54)
	<u>(101.689)</u>
<b>Passivo não circulante</b>	
Empréstimos e financiamentos	(58.976)
Provisões para contingências	(100.161)
Passivo fiscal diferido	(76.249)
	<u>(235.386)</u>
<b>Total do passivo</b>	<b><u>(337.075)</u></b>
<b>Total do acervo líquido</b>	<b><u>883.199</u></b>

d.5 Os valores de ativos e passivos assumidos pela Companhia, em 15 de setembro de 2011, decorrentes da incorporação da Nara Valley, conforme Nota Explicativa nº 1, estão demonstrados no quadro a seguir:

<b>Ativo circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	6
Ativo fiscal corrente	21
	<u>27</u>
<b>Ativo não circulante</b>	
Intangível	25.266
	<u>25.266</u>
<b>Total do ativo</b>	<b><u>25.293</u></b>

<b>Passivo circulante</b>	
Outras contas a pagar	(1.101)
	(1.101)
<b>Passivo não circulante</b>	
Provisões para perda com investimento	(12.453)
	(12.453)
<b>Total do passivo</b>	<b>(13.554)</b>
<b>Total do acervo líquido</b>	<b>11.739</b>

### 13 Ativo imobilizado

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Controladora Valor líquido	
				31.12.2011	31.12.2010
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,7/8,6	722.712	118.303	604.409	18.128
Equipamentos de movimentação de carga	8,3	504.251	254.890	249.361	23.096
Imobilizações em andamento (a)	(b)	96.307	-	96.307	242.735
Equipamentos de informática	20	21.881	17.082	4.799	269
Terrenos	-	30.022	-	30.022	-
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	11.763	6.208	5.555	168
Instalações, móveis e utensílios	10	6.091	3.137	2.954	162
Veículos	20	4.532	1.881	2.651	48
Outros	10	229	156	73	13
<b>Total</b>		<b>1.397.788</b>	<b>401.657</b>	<b>996.131</b>	<b>284.619</b>

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Baixas/ Efeitos não monetários	Incorporação (*)	Saldo final
Benfeitorias em imóveis de terceiros	18.128	260.706	16.347	8.761	333.161	604.409
Equipamentos de movimentação de carga	23.096	31.151	7.486	(5)	202.605	249.361
Imobilizações em andamento (a)	242.735	(179.477)	-	(4.235)	37.284	96.307
Equipamentos de informática	269	339	760	(35)	4.986	4.799
Terrenos	-	22.440	-	-	7.582	30.022
Máquinas, equipamentos e acessórios	168	1.372	270	(1)	4.286	5.555
Instalações, móveis e utensílios	162	83	167	13	2.863	2.954
Veículos	48	835	234	-	2.002	2.651
Outros	13	8	12	5	59	73
<b>Total</b>	<b>284.619</b>	<b>137.457</b>	<b>25.276</b>	<b>4.503</b>	<b>594.828</b>	<b>996.131</b>

(\*) Conforme Nota Explicativa nº 12-d.

	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Baixas/Efeitos não monetários	Incorporação (*)	Saldo final
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	18.486	15	373	-	18.128
Equipamentos de movimentação de carga	-	23.560	-	464	-	23.096
Imobilizações em andamento (a)	-	154.966	87.796	-	(27)	242.735
Equipamentos de informática	-	297	-	29	1	269
Máquinas, equipamentos e acessórios	-	153	19	4	-	168
Instalações, móveis e utensílios	-	160	8	6	-	162
Veículos	-	56	-	7	(1)	48
Outros	-	13	1	1	-	13
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>197.691</b>	<b>87.839</b>	<b>884</b>	<b>(27)</b>	<b>284.619</b>

(\*) Conforme Nota Explicativa nº 12-d.

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Consolidado Valor líquido	
				31.12.2011	31.12.2010
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,7/8,6	744.328	121.913	622.415	383.410
Equipamentos de movimentação de carga	8,3	570.855	282.741	288.114	268.808
Imobilizações em andamento (a)	-	116.676	-	116.676	283.579
Equipamentos de informática	20	26.735	20.096	6.639	6.854
Terrenos	-	56.447	-	56.447	34.007
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	17.722	8.237	9.485	7.582
Instalações, móveis e utensílios	10	16.221	7.376	8.845	8.634
Veículos	20	4.616	1.924	2.692	1.435
Imóveis	2,2	25.181	3.049	22.132	22.638
Outros	10	499	387	112	131
<b>Total</b>		<b>1.579.280</b>	<b>445.723</b>	<b>1.133.557</b>	<b>1.017.078</b>

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial	Adições/ Transferência	Depreciação	Baixas/Efeitos não monetários	Saldo final
Benfeitorias em imóveis de terceiros	383.410	269.068	38.824	8.761	622.415
Equipamentos de movimentação de carga	268.808	46.119	25.843	(970)	288.114
Imobilizações em andamento (a)	283.579	(152.013)	-	(14.890)	116.676
Equipamentos de informática	6.854	2.981	3.158	(38)	6.639
Terrenos	34.007	22.440	-	-	56.447
Máquinas, equipamentos e acessórios	7.582	3.202	1.299	-	9.485
Instalações, móveis e utensílios	8.634	1.560	1.348	(1)	8.845
Veículos	1.435	1.899	639	(3)	2.692
Imóveis	22.638	-	506	-	22.132
Outros	131	16	33	(2)	112
<b>Total</b>	<b>1.017.078</b>	<b>195.272</b>	<b>71.650</b>	<b>(7.143)</b>	<b>1.133.557</b>

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial	Adições/ Transferência	Depreciação	Baixas/Efeitos não monetários	Saldo final
Benfeitorias em imóveis de terceiros	384.918	28.832	30.332	(8)	383.410
Equipamentos de movimentação de carga	283.037	10.898	24.308	(819)	268.808
Imobilizações em andamento (a)	125.923	158.785	-	(1.129)	283.579
TEV - Terminal de Exportação de Veículos	44.103	-	-	(44.103)	-
Equipamentos de informática	8.546	1.755	3.468	21	6.854
Terrenos	34.007	-	-	-	34.007
Máquinas, equipamentos e acessórios	7.955	807	1.157	(23)	7.582
Instalações, móveis e utensílios	6.731	3.024	1.125	4	8.634
Veículos	1.215	734	481	(33)	1.435
Imóveis	23.144	-	506	-	22.638
Outros	136	29	34	-	131
<b>Total</b>	<b>919.715</b>	<b>204.864</b>	<b>61.411</b>	<b>(46.090)</b>	<b>1.017.078</b>

(a) O valor de adição no grupo de imobilizações em andamento está líquido das transferências efetuadas, quando da entrada de bens em operação, para os grupos que os representam.

Os custos dos empréstimos capitalizados consolidados, em virtude das imobilizações em andamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 12.748 (R\$ 14.542 em 31 de dezembro de 2010), eram compostos por: (i) R\$ 1.449 referente aos empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis à essas imobilizações (R\$ 101 em 31 de dezembro de 2010), e (ii) R\$ 11.299 referente aos não diretamente atribuíveis (R\$ 14.441 em 31 de dezembro de 2010); a taxa média do ano desses empréstimos e financiamentos é de 12,54% (9,00% em 2010).

A Companhia e suas controladas possuem equipamentos que foram dados em garantia aos financiamentos das próprias aquisições desses equipamentos (Finame, Finimp e Leasing). O valor de aquisição desses ativos foi de R\$ 220.048. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento, tipo guindastes sobre rodas (Rubber Tyred Gantry – RTG), dado em garantia na ação trabalhista nº 369/2003 em andamento, que em 31 de dezembro de 2011 tinha o valor contábil de R\$ 1.622.

## 14 Ativos intangíveis

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Controladora Valor líquido	
				31.12.2011	31.12.2010
<b>Vida útil definida</b>					
<b>Direitos de exploração (a)</b>					
Tecon 1 Santos	4	129.791	73.116	56.675	-
Tecon Imbituba	4	121.700	17.781	103.919	108.786
Union	4	7.395	1.325	6.070	6.370
<b>Ágios nas aquisições (b)</b>					
Ações da Santos-Brasil	7,2	321.264	199.460	121.804	-
Pará Empreendimentos	9,8	37.760	13.553	24.207	-
Union	4,5	18.983	2.147	16.836	17.664
<b>Softwares</b>					
Sistemas de processamento de dados	20	19.900	11.395	8.505	55
<b>Outros Intangíveis</b>					
Intangível em desenvolvimento		132	-	132	25
Subtotal		656.925	318.777	338.148	132.900
<b>Vida útil indefinida</b>					
<b>Outros (d)</b>					
Projeto Barnabé-Bagres	-	12.155	-	12.155	-
(-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres	-	(12.155)	-	(12.155)	-
Subtotal		-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>656.925</b>	<b>318.777</b>	<b>338.148</b>	<b>132.900</b>

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo Inicial	Adição	Amortização	Baixas/Efeitos não monetários	Incorporação (*)	Saldo Final
<b>Vida útil definida</b>						
<b>Direitos de exploração (a)</b>						
Tecon 1 Santos	-	-	1.515	-	58.190	56.675
Tecon Imituba	108.786	-	4.867	-	-	103.919
Terminal de Carga Geral Imituba	6.370	-	300	-	-	6.070
<b>Ágios nas aquisições (b)</b>						
Ações da Santos-Brasil	-	-	3.254	-	125.058	121.804
Pará Empreendimentos	-	-	1.059	-	25.266	24.207
Union	17.664	-	828	-	-	16.836
<b>Softwares</b>						
Sistemas de processamento de dados	55	-	904	1.478	7.876	8.505
<b>Outros Intangíveis</b>						
<i>Software</i>						
Em desenvolvimento	25	41	-	(1.163)	1.229	132
Subtotal	132.900	41	12.727	315	217.619	338.148
<b>Vida útil indefinida</b>						
<b>Outros (d)</b>						
Projeto Barnabé-Bagres	-	-	-	-	12.155	12.155
(-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres	-	-	-	-	(12.155)	(12.155)
Subtotal	-	-	-	-	-	-
Total	132.900	41	12.727	315	217.619	338.148

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo Inicial	Adições	Amortização	Baixas/Efeitos não monetários	Incorporação (*)	Saldo Final
<b>Vida útil definida</b>						
<b>Direitos de exploração (a)</b>						
Tecon Imituba	-	-	2.029	-	110.815	108.786
Terminal de Carga Geral Imituba	-	-	-	-	6.370	6.370
<b>Ágios nas aquisições (b)</b>						
Union	-	-	-	-	17.664	17.664
<b>Softwares</b>						
Sistemas de processamento de dados	-	-	3	(28)	30	55
<b>Outros Intangíveis</b>						
<i>Software</i>						
Em desenvolvimento	-	-	-	-	25	25
Total	-	-	2.032	(28)	134.904	132.900

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Consolidado	
				Valor líquido	
				31.12.2011	31.12.2010
<b>Vida útil definida</b>					
<b>Direitos de exploração (a)</b>					
Tecon 1 Santos	4	129.791	73.116	56.675	61.867
Tecon Imituba	4	121.700	17.781	103.919	108.786
Terminal de Carga Geral Imituba	4	7.395	1.325	6.070	6.370
TEV	4	223.493	17.879	205.614	214.553
<b>Ágios nas aquisições (b)</b>					
Ações da Santos-Brasil	7,2	321.264	199.460	121.804	132.962
Pará Empreendimentos	9,8	37.760	13.553	24.207	27.838
Union	4,5	18.983	2.147	16.836	17.664
<b>Softwares</b>					
Sist. de processamento de dados	20	27.532	16.397	11.135	10.475
<b>Outros Intangíveis</b>					
<i>Software</i>					
Em desenvolvimento		805	-	805	2.365
Subtotal		888.723	341.658	547.065	582.880
<b>Vida útil indefinida</b>					
<b>Ágios nas aquisições (c)</b>					
Nova Logística	-	47.575	8.110 (*)	39.465	39.465
<b>Outros (d)</b>					
Projeto Barnabé-Bagres	-	12.155	-	12.155	12.155
(-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres		(12.155)	-	(12.155)	(12.155)
Subtotal		47.575	8.110	39.465	39.465
Total		936.298	349.768	586.530	622.345

(\*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo Inicial	Adições	Amortização	Baixas / Efeitos não monetários	Saldo Final
<b>Vida útil definida</b>					
<b>Direitos de exploração (a)</b>					
Tecon 1 Santos	61.867	-	5.192	-	56.675
Tecon Imituba	108.786	-	4.867	-	103.919
Terminal de Carga Geral Imituba	6.370	-	300	-	6.070
TEV	214.553	-	8.939	-	205.614
<b>Ágios nas aquisições (b)</b>					
Ações da Santos-Brasil	132.962	-	11.158	-	121.804
Pará Empreendimentos	27.838	-	3.631	-	24.207
Union	17.664	-	828	-	16.836
<b>Softwares</b>					
Sistemas de processamento de dados	10.475	100	3.869	4.429	11.135
<b>Outros Intangíveis</b>					
<i>Software</i>					
Em desenvolvimento	2.365	1.336	-	(2.896)	805
Subtotal	582.880	1.436	38.784	1.533	547.065

	Saldo Inicial	Adições	Amortização	Baixas / Efeitos não monetários	Saldo Final
<b>Vida útil indefinida</b>					
<b>Ágios nas aquisições (c)</b>					
Nova Logística	39.465	-	-	-	39.465
<b>Outros (d)</b>					
Projeto Barnabé-Bagres	12.155	-	-	-	12.155
(-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres	(12.155)	-	-	-	(12.155)
Subtotal	39.465	-	-	-	39.465
Total	622.345	1.436	38.784	1.533	586.530

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo Inicial	Adições	Amortização	Baixas / Efeitos não monetários	Saldo Final
<b>Vida útil definida</b>					
<b>Direitos de exploração (a)</b>					
Tecon 1 Santos	67.059	-	5.192	-	61.867
Tecon Imbituba	113.655	-	4.869	-	108.786
Terminal de Carga Geral Imbituba	6.686	-	316	-	6.370
TEV	223.493	-	8.940	-	214.553
<b>Ágios nas aquisições (b)</b>					
Ações da Santos-Brasil	144.120	-	11.158	-	132.962
Pará Empreendimentos	31.927	-	4.089	-	27.838
Union	18.543	-	880	1	17.664
<b>Softwares</b>					
Sistemas de processamento de dados	11.991	1.718	3.606	372	10.475
<b>Outros Intangíveis</b>					
<i>Software</i>					
Em desenvolvimento	33	2.332	-	-	2.365
Subtotal	617.507	4.050	39.050	373	582.880
<b>Vida útil indefinida</b>					
<b>Ágios nas aquisições (c)</b>					
Nova Logística	36.133	3.333	-	(1)	39.465
<b>Outros (d)</b>					
Projeto Barnabé-Bagres	11.407	748	-	-	12.155
(-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres	-	-	-	(12.155)	(12.155)
Subtotal	47.540	4.081	-	(12.156)	39.465
Total	665.047	8.131	39.050	(11.783)	622.345

#### a. Direitos de exploração

Os direitos de exploração se referem às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, o Tecon 1 Santos, desde 29 de novembro de 1997 (Nota Explicativa nº 1-a), o Tecon Imbituba, desde 7 de abril de 2008 (Nota Explicativa nº 1-b) e o Terminal de Carga Geral Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006 (Nota Explicativa nº 1-d), sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento, todos de 25 anos.

Conforme Nota Explicativa nº 1-d, a controlada Union, foi declarada a vencedora da licitação do TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o pagamento inicial de R\$ 133.495, além dos custos com a licitação no montante de R\$ 4.711, e efetuou o pagamento final, em 4 de janeiro de 2010 no montante de R\$ 85.287, assumindo nessa mesma data as operações do TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área.

**b. Ágio nas aquisições – com vida útil definida**

No exercício de 2006, antigos acionistas da então controlada Santos-Brasil outorgaram opções de compra para suas ações, que foram exercidas por terceiros, com ágio de R\$ 321.264. No mesmo exercício, a então controlada Santos-Brasil procedeu à incorporação reversa daquelas empresas adquirentes das opções de compra, incluindo o referido ágio. Esse ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base o seu aproveitamento fiscal em 5 anos, nas regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo o OCPC 02 – Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Tecon 1 Santos (Nota Explicativa nº 1-a) foi considerado com vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual desse contrato de arrendamento.

A aquisição da Convicon foi consumada em 9 de abril de 2008 – através da controlada Nara Valley – pelo montante de R\$ 45.000, que comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$ 37.760. Esta transação se deu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Convicon.

O fundamento econômico do ágio na aquisição da Convicon é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Contêineres de Vila do Conde (Nota Explicativa nº 1-e) e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Union, arrendatária do Terminal de Carga Geral de Imituba (Nota Explicativa nº 1-d) – através da então controlada Tremarctos –, foi acordada pelo montante de R\$ 25.000, gerando ágio inicial no valor de R\$ 19.332.

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Union é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do terminal referido acima e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

**c. Ágio nas aquisições – com vida útil indefinida**

A aquisição da Nova Logística, na época denominada Mesquita, (Nota Explicativa nº 1-c) foi consumada em 1º de novembro de 2007, pelo montante de R\$ 95.000, que comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$ 44.242.

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Nova Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em 5 anos, nas regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não possuem prazo definido. Todavia, a sua recuperação é testada anualmente e se necessária uma provisão é registrada.

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística – Nova Logística, por corresponder ao nível mais baixo da unidade geradora de caixa. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011 foi efetuado o teste de recuperação, considerando o orçamento anual para o exercício de 2012 e o planejamento de longo prazo até 2021, elaborados para a controlada Nova Logística, a qual representa o segmento de negócios de logística, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Crescimento dos volumes de armazenagem alfandegada acompanhando o crescimento do mercado, até atingir a capacidade instalada;
- Crescimento dos volumes no negócio de Centros de Distribuição e Transporte;
- Política de preços com repasse da inflação dos custos, estimada na média de 3,50% ao ano;
- Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos;
- Taxa nominal de desconto de 14,52%, aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) como fluxo de entrada de recursos e os investimentos no ativo fixo e no capital de giro como fluxos de saída de recursos;
- Na base de 31 de dezembro de 2011 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais incluindo o ágio.

**Análise de sensibilidade das premissas**

O valor recuperável estimado da unidade logística é superior em R\$ 100.659 ao valor dos ativos operacionais de R\$ 153.244 em 31 de dezembro de 2011, nos quais está inserido o ágio. Em 31 de dezembro de 2010 era superior em R\$ 144.504. Caso haja alterações significativas nas premissas adotadas, ainda sim o valor contábil não será superior ao valor recuperável.

**d. Outros – Projeto Barnabé-Bagres**

Refere-se a valores gastos, pela então controlada Santos-Brasil, com a realização de estudos e levantamentos para a elaboração de projeto de implantação do Complexo Portuário Barnabé-Bagres, destinado a promover o aproveitamento do potencial portuário da margem esquerda na área continental de Santos, com o amparo de estudos de viabilidade econômica, com vistas à ampliação do Porto de Santos. O projeto foi apresentado pela então controlada Santos-Brasil e está aguardando o processo de escolha a ser efetuado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo, que conferirá ao projeto escolhido o direito de ressarcimento dos gastos efetuados, sujeitos à análise e aprovação da referida entidade. A Administração optou pela provisão da baixa deste intangível até que seja definida a escolha do projeto. Não sendo escolhido o projeto, a provisão será baixada e tomada a dedutibilidade para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

**15 Empréstimos e financiamentos**

	Juros e comissões	Atualizações	Amortização	Controladora	
				31.12.2011	31.12.2010
<b>Moeda nacional:</b>					
Notas promissórias	4% a.a.	CDI	Única	150.000	-
(-) Custos de captação				(166)	-
Valor líquido captado				149.834	-
(+) Juros e custos apropriados				15.832	-
Subtotal				165.666	-
CCE – Credit Suisse	3,50% a.a.	CDI	Trimestral	250.000	250.000
(-) Custos de captação				(3.750)	(3.750)
Valor líquido captado				246.250	246.250
(+) Juros e custos apropriados				3.429	3.260
(-) Amortização da dívida				(88.235)	(29.412)
Subtotal				161.444	220.098
NCE – Nota de crédito à exportação	1,60% a.a.	CDI	Semestral	150.000	-
(-) Custos de captação				(375)	-
Valor líquido captado				149.625	-
(+) Juros e custos apropriados				924	-
Subtotal				150.549	-
Finame	3,70% a.a. até 6,00% a.a.	URTJLP	203	-	-
Leasing	18,44% a.a. até 23,70% a.a.	-	Mensal	29	-
Subtotal				232	-
<b>Total</b>				<b>477.891</b>	<b>220.098</b>

	Juros e comissões	Atualizações	Amortização	Controladora	
				31.12.2011	31.12.2010
<b>Moeda estrangeira:</b>					
Finimp	Libor + 2,25% até 3,53% a.a.	Varição Cambial	Semestral	138.418	12.198
Darby Brazil Mezzanine		Varição Cambial		342	-
Total				138.760	12.198
Total geral				616.651	232.296
(-) Parcelas de curto prazo				(305.830)	(64.557)
Parcelas de longo prazo				310.821	167.739

	Juros e comissões	Atualizações	Amortização	Consolidado	
				31.12.2011	31.12.2010
<b>Moeda nacional:</b>					
Finame	3,70% a.a. até 6,00% a.a.	URTJLP	Mensal	12.609	10.754
Banco do Estado do Pará	5% a.a.	TJLP	Mensal	2.112	2.570
Leasing	18,44% a.a. até 23,70% a.a.	-	Mensal	29	836
Capital de giro	31% a.a. do CDI	CDI	Única	-	20.162
Notas promissórias	4% a.a.	CDI	Única	165.666	-
NCE – Nota de crédito à exportação	1,60% a.a.	CDI	Semestral	150.549	-
CCE – Credit Suisse	3,50% a.a.	CDI	Trimestral	161.444	220.098
Subtotal				492.409	254.420
<b>Moeda estrangeira:</b>					
Finimp	Libor e Euro Libor + 1,75% até 6,31% a.a.	Varição Cambial	Mensal/Trim./ Semestral	141.808	105.756
Darby Brazil Mezzanine		Varição Cambial		342	303
Supplier Credit	5,50% à 6,4% a.a.	Varição Cambial	Semestral	2.977	4.458
Leasing	5% a.a.	Varição Cambial	Mensal	-	310
Subtotal				145.127	110.827
Total				637.536	365.247
(-) Parcelas de curto prazo				(312.073)	(127.153)
Parcelas de longo prazo				325.463	238.094

Em 10 de setembro de 2009, a Companhia finalizou o processo de emissão particular de Cédulas de Crédito à Exportação (CCE), tendo como credor o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.. Com a operação a Companhia captou recursos no montante de R\$ 250.000, que foram destinados fundamentalmente para o pagamento de dívidas de curto prazo, bem como para reforço de capital de giro. A taxa efetiva da captação destes recursos, considerando os custos de captação no valor de R\$ 3.750, é de 10,30% a.a..

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do Imposto de Renda Retido na Fonte na remessa, conforme previsão contratual.

## Garantias

### • Garantias Concedidas

Financiamento	Vencimento	Moeda	Garantias (*)
Finame	Dez/15	R\$	Equipamento objeto da transação
Banco do Estado do Pará	Jun/14	R\$	Fiança Bancária
Finimp	Jul/17	US\$ / €	Equipamento objeto da transação
Darby Brazil Mezzanine	(**)	US\$	Não há
Leasing	Jan/12	R\$	Equipamento objeto da transação
Supplier Credit	Mar/14	€	Stand By Letter Credit / Aval Santos Brasil Participações S.A.
CCE – Credit Suisse	Set/14	R\$	Recebíveis
Notas Promissórias	Fev/12	R\$	Aval

(\*) Conforme Nota Explicativa nº 13.

(\*\*) Pagamento aguardando formalização do contrato para remessa.

As garantias das Cédulas de Crédito à Exportação e das Notas promissórias eram dadas pela então controlada Santos-Brasil, sendo representadas pela capacidade de geração de recursos das operações da filial Tecon Santos, que compôs a parte cindida e incorporada da referida controlada.

Para as garantias *Stand By Letter Credit* e avais o valor é limitado ao total contratado.

### • Garantias Obtidas

Na data base de 31 de dezembro de 2011 não possuímos nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto ou de quaisquer outras operações existentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida a longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Financiamento/Ano	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	Total
Finame	3.303	3.166	2.335	161	-	8.965
Banco do Estado do Pará	845	422	-	-	-	1.267
Supplier Credit	1.166	583	-	-	-	1.749
Finimp	39.963	22.941	13.376	10.814	4.943	92.037
CCE – Credit Suisse	58.106	43.579	-	-	-	101.685
NCE – Safra	59.880	59.880	-	-	-	119.760
Total	163.263	130.571	15.711	10.975	4.943	325.463

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas, apuradas anualmente, ou seja, em 31 de dezembro de 2011, relativas à manutenção de certos índices financeiros, que estavam atendidos naquela data. O quadro a seguir explicita tais índices:

Contratos	Indicadores	Índice padrão
Finimp	Cobertura do Serviço da Dívida – ISCD 1	Maior ou igual a 1,40
	Relação de Capital de Terceiros s/Capital Próprio	Menor ou igual a 1,50
	Relação da Dívida Bancária Líquida s/ EBITDA	Menor ou igual a 2,00
	Relação Patrimônio Líquido s/ Ativo Total	Maior ou igual a 40%
Notas promissórias e CCE – Credit Suisse	Relação da Dívida Bancária Líquida s/ EBITDA	Menor a 2,00
	Relação do EBITDA s/ Despesas Financeiras	Maior ou igual a 3,00

## 16 Debêntures

	Juros e comissões	Atualizações	Amortização	Controladora e Consolidado	
				31.12.2011	31.12.2010
Debêntures	2,20% a.a.	CDI	Anual	100.000	100.000
(-) Custos debêntures				(1.350)	(1.350)
Valor líquido captado				98.650	98.650
(+) Juros e custos apropriados				2.209	2.367
(-) Amortização da dívida				(33.333)	-
<b>Total</b>				<b>67.526</b>	<b>101.017</b>
(-) Parcelas de curto prazo				(34.344)	(34.953)
Parcelas de longo prazo				33.182	66.064

Em 8 de março de 2010, foi realizada Reunião do Conselho de Administração aprovando a celebração da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, confirmada na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de abril de 2010.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia emitiu 100 debêntures, totalizando R\$ 100.000, com prazo de vencimento em 30 de abril de 2013, remuneradas à taxa média da DI acrescida de 2,20% ao ano. A taxa efetiva da captação destes recursos, considerando os custos de captação no valor de R\$ 1.350, é de 10,17% a.a.

As debêntures, totalmente colocadas, geraram encargos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 10.991, reconhecidos no resultado.

As debêntures até a incorporação em 15 de setembro de 2011 tinham garantia fidejussória da então controlada Santos-Brasil, como devedora solidária de todas as obrigações pelo valor colocado, sendo representada pela capacidade de geração de recursos das operações da filial Tecon Santos, que compôs a parte cindida e incorporada da referida controlada.

Esta Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures têm cláusulas restritivas, apuradas anualmente, relativas à manutenção de certos índices financeiros, que estão sendo atendidos. O quadro a seguir explicita tais índices:

Contratos	Indicadores	Índice padrão
Debêntures	Relação da Dívida Líquida s/ EBITDA	Menor ou igual a 3,00
	Relação do EBITDA s/ Despesas Financeiras	Maior ou igual a 1,00

## 17 Impostos parcelados – Consolidado

A controlada Nova Logística apresentava débitos de impostos com pagamentos parcelados, conforme segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Circulante	4.836	4.948

O montante de R\$ 4.836 registrado no curto prazo, referem-se a processos inscritos no Refis da Lei 11.941/09, cuja adesão ao programa ocorreu em novembro de 2009, tendo o seu deferimento em fevereiro de 2010.

### 18 Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis, depósitos judiciais e contingências – Consolidado

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	31.12.2011	31.12.2010
Processo CADE – Multa (a)	1.616	1.521
Processo CADE – Faturamento TRA (a)	92.965	74.318
Provisão Trabalhista (b)	11.272	7.118
Provisão Processo Codesp	1.047	971
Provisão Processo FAP (c)	2.927	1.857
Outros Processos (d)	1.705	1.585
<b>Total</b>	<b>111.532</b>	<b>87.370</b>

Os valores depositados judicialmente relativos às contingências em discussão eram:

	31.12.2011	31.12.2010
Processo CADE – Multa (a)	1.616	1.521
Processo CADE – Faturamento TRA (a)	82.951	69.721
Processos Trabalhistas (b)	7.608	3.065
Processo Codesp	1.047	971
Processo Fator Acid. de Prev. – FAP	1.920	-
Outros Processos (d)	1.562	1.444
<b>Subtotal</b>	<b>96.704</b>	<b>76.722</b>
Outros depósitos judiciais (e)	37.160	34.562
<b>Total</b>	<b>133.864</b>	<b>111.284</b>

(a) Os provisionamentos relacionados ao CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica referem-se ao processo que tramitou naquele órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou por administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos.

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos Terminais Retroportuários Alfandegados (TRAs) pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado e a Companhia foi condenada: (i) a multa pecuniária e (ii) a interromper a cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar com a cobrança mediante depósito judicial integral dos valores cobrados e depósito do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$ 74.796 e R\$ 1.616, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em Juízo: uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS e a Cofins, e a outra tramita na Comarca do Guarujá, que engloba o ISSQN, com valores totais já depositados de R\$ 8.155.

(b) O valor da provisão trabalhista, líquido do depósito judicial a ela relacionado refere-se a então controlada Santos-Brasil, no montante de R\$ 7.608.

- (c) O provisionamento refere-se à impugnação administrativa perante o INSS face à nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP – Fator Acidentário de Prevenção, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e afastamentos de funcionários, em comparação às empresas que exercem a mesma atividade econômica (CNAE), o qual resultou no aumento de 72% do último valor pago por sua filial operacional Tecon Santos. Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizado Mandado de Segurança, cuja liminar foi concedida para afastar a exigibilidade do crédito até julgamento da Impugnação para Controladora e para suas controladas Nova Logística, Convicon e Union. Em razão dos recursos não terem sido providos, foi ajuizada medida cautelar, requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral do crédito da Controladora no montante de R\$ 2.243 e de suas controladas, composto por: (i) R\$ 627 Nova Logística; (ii) R\$ 34 Convicon e (iii) R\$ 23 Union.
- (d) Referem-se, basicamente, a um processo de denúncia espontânea de multa sobre tributos federais da controlada Convicon, no montante de R\$ 1.705 com cobertura depósito judicial.
- (e) Os depósitos judiciais classificados como Outros, relacionados à Controladora, estão compostos por: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da Cofins nos exercícios de 1999 a 2003, no montante de R\$ 1.159 e R\$ 7.259, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$ 1.967; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$ 9.105; (iv) depósito de INSS e de IR sobre o Plano de Demissão Voluntária (PDV) e do Fundo de Natureza não Salarial do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente (SINDESTIVA), Guarujá e Cubatão, no valor de R\$ 1.685 e (v) outros depósitos na esfera Tributária e Civil, no valor de R\$ 6.508. Os depósitos judiciais classificados como Outros, relacionados: (i) à controlada Nova Logística, se referem a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$ 9.424 e (ii) à controlada Convicon, se referem a processo judicial de recurso FGTS, no montante de R\$ 53.

Para os processos referentes à controlada Nova Logística, mencionados em (b) e (d), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade dos seus antigos acionistas. Assim, um montante equivalente foi reconhecido no ativo não circulante, como contas a receber de antigos acionistas – Nova Logística.

A movimentação das provisões para contingências, no trimestre findo em 31 de dezembro de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão	Saldo final
Processo CADE – multa	1.521	95	-	1.616
Processo CADE – faturamento TRA	74.318	18.647	-	92.965
Provisão trabalhista	7.118	5.923	1.769	11.272
Provisão processo Codesp	971	76	-	1.047
Provisão Fator Acid. De Prev. – FAP	1.857	1.070	-	2.927
Outros processos	1.585	167	47	1.705
<b>Total</b>	<b>87.370</b>	<b>25.978</b>	<b>1.816</b>	<b>111.532</b>

A Companhia e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 187.746, além desses, existem outros processos que não puderam ser mensurados com suficiente segurança, em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

## 19 Classificação do arrendamento mercantil – Consolidado

### a. Arrendamento financeiro

A Companhia possui 7 ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro (*leasing*). Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	31.12.2011
Equipamentos de informática	448
Sistemas de processamento de dados	566
<b>Total</b>	<b>1.014</b>

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu como juros o montante de R\$ 145, relativo a despesas financeiras, e R\$ 467 como despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos, em 31 de dezembro de 2011, estavam segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
De um a cinco anos	29	-	29

### b. Arrendamento operacional

A Companhia, através das suas filiais, e suas controladas possuem contratos de concessão e as parcelas de arrendamento a serem apropriadas no resultado, por competência, a partir do próximo exercício, estão demonstradas a seguir:

Contrato/ano	2012	2013	2014	2015 a 2035	Total
Tecon Santos	29.815	29.815	29.815	206.220	295.665
Tecon Imbituba	3.050	3.050	3.050	57.950	67.100
Union – TEV	2.583	2.583	2.583	44.557	52.306
Convicon	758	758	758	2.021	4.295
<b>Total</b>	<b>36.206</b>	<b>36.206</b>	<b>36.206</b>	<b>310.748</b>	<b>419.366</b>

A Companhia e suas controladas também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas e operacionais (Centro de Distribuição da controlada Nova Logística), que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 geraram despesas no montante de R\$ 9.716.

## 20 Patrimônio líquido – Controladora

### a. Capital social

	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	2011	2010	2011	2010
Emitidas em 1º de janeiro	452.567.461	452.567.461	203.208.988	203.208.988
Exercício de opção de ações	1.016.969	-	4.067.876	-
Emitidas em 31 de dezembro	453.584.430	452.567.461	207.276.864	203.208.988
<b>Autorizadas sem valor nominal</b>	<b>453.584.430</b>	<b>452.567.461</b>	<b>207.276.864</b>	<b>203.208.988</b>

Do total de ações, 207.998.345 se encontravam em circulação, naquela data, sendo 41.599.669 ações ordinárias e 166.398.676 ações preferenciais; representadas por 41.599.669 *units*.

*Units* são certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, cada um representando uma ação ordinária e quatro ações preferenciais.

Em 31 de março de 2011, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme Nota Explicativa nº 24, no montante de R\$ 2.837, sendo integralizado R\$ 284 em março de 2011 e R\$ 2.553 em abril de 2011. Foram emitidas 294.546 ações ordinárias e 1.178.184 ações preferenciais.

Em 30 de abril de 2011, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme Nota Explicativa nº 24, no montante de R\$ 8.682. Foram emitidas 690.792 ações ordinárias e 2.763.168 ações preferenciais.

Em 31 de maio de 2011, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme Nota Explicativa nº 24, no montante de R\$ 132. Foram emitidas 13.762 ações ordinárias e 55.048 ações preferenciais.

Em 31 de agosto de 2011, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme Nota Explicativa nº 24, no montante de R\$ 172. Foram emitidas 17.869 ações ordinárias e 71.476 ações preferenciais.

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, a alienação do seu controle acionário, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa oferta pública de aquisição de todas as ações dos demais acionistas da Companhia de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 (dois bilhões e um mil) ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem dividendos assegurados.

#### **b. Reserva de capital**

- Plano de opção de compra de ações

Representados pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações (Nota Explicativa nº 24), obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 – Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

- Outras

Na incorporação de ações, conforme Nota Explicativa nº 1, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil, na data base de 31 de dezembro de 2006, foi levado para a conta de capital social da Controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil, representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$ 28.923, foi classificado neste grupo de Reserva de Capital.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$ 4.548.

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley adquiriu, conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$ 4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$ 5.478.

**c. Reserva de lucros**

- Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme Orçamentos de Capital.

**d. Remuneração aos acionistas**

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

Segue a demonstração da remuneração aos acionistas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011:

	%	31.12.2011
Lucro líquido do exercício		246.562
Constituição da reserva legal		(12.328)
<b>Lucro líquido ajustado (a)</b>		<b>234.234</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	25,0%	58.558
<b>Remuneração aos acionistas</b>		
Dividendos intermediários, imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2011 (b)		90.000
Juros sobre o capital próprio, imputável aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2011 (c)		72.868
Imposto de renda na fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio (d)		(9.306)
<b>Dividendos complementares propostos (e)</b>		<b>24.519</b>
<b>Remuneração líquida aos acionistas ( b + c – d + e )</b>	76,0%	<b>178.081</b>
<b>Remuneração bruta aos acionistas ( b + c + e )</b>	80,0%	<b>187.387</b>
Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio líquidos pagos e creditados por classe de ação foram:		
Ações ordinárias		105.398
Ações preferenciais		48.164
Total		153.562
<b>Dividendos complementares propostos</b>		<b>24.519</b>
Quantidade de ações ordinárias		453.584.430
Valor unitário de dividendos complementares por ação		R\$ 0,037102090
Quantidade de ações preferenciais		207.276.864
Valor unitário de dividendos complementares por ação		R\$ 0,037102090
<b>Retenção de lucros</b>		<b>46.847</b>

## 21 Receita Operacional

Conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Receita bruta fiscal	314.117	4.344	1.278.736	982.655
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	26.921	415	121.356	88.180
Outros	7.708	145	32.710	28.942
<b>Total de receita contábil</b>	<b>279.488</b>	<b>3.784</b>	<b>1.124.670</b>	<b>865.533</b>

## 22 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
<b>Outras receitas operacionais:</b>	110	3	899	553
Ressarcimento de ISS s/ notas canceladas	66	-	1.325	76
Ganho na venda de ativo	290	323	290	667
Correção adiantamento para fundo de dragagem	173	-	525	377
Correção de depósitos judiciais	20	-	792	648
Outras				
	659	326	3.831	2.321
Total				
<b>Outras despesas operacionais:</b>	-	-	-	2.378
Perda no reembolso de investimento – TEV	4.295	-	4.835	12.730
Projetos Inviabilizados	87	-	873	671
Outros				
	4.382	-	5.708	15.779
Total				

O montante de R\$ 2.378, apresentado em 2010, se refere à perda resultante da diferença entre os valores originais investidos no TEV e os valores ressarcidos pela Codesp.

## 23 Receitas e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
<b>Receitas financeiras</b>	9.031	4.818	20.802	15.901
Rendimento de aplicação financeira	3.123	3.040	-	-
Juros de mútuo (*)	43.494	27.803	51.589	51.618
Variações monetárias e cambiais ativas	24.291	50.879	25.282	54.172
Valor justo operação <i>swap</i>	1.460	668	2.515	2.112
Outros				
<b>Total</b>	<b>81.399</b>	<b>87.208</b>	<b>100.188</b>	<b>123.803</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
<b>Juros</b>	46.653	35.880	50.387	42.434
Juros de mútuo (*)	4.437	505	-	-
Variações monetárias e cambiais passivas	48.370	15.229	62.621	37.834
IOF sobre operações de mútuos	753	571	1.376	1.043
Valor justo da operação de <i>swap</i>	30.714	40.324	31.324	43.813
Outros	330	154	1.447	1.836
<b>Total</b>	<b>131.257</b>	<b>92.663</b>	<b>147.155</b>	<b>126.960</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(49.858)</b>	<b>(5.455)</b>	<b>(46.967)</b>	<b>(3.157)</b>

(\*) Conforme Nota Explicativa nº 7-a.

## 24 Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações (Plano) para administradores e funcionários de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto por três membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do mesmo Conselho.

O Conselho de Administração ou o Comitê cria, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (Programas), agrupadas em *units* (Nota Explicativa nº 20-a), onde são definidos os Beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de *units* da Companhia que cada Beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixadas em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário.

O preço das *units* a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da opção (Preço de Exercício), é equivalente ao valor médio das *units* dos últimos 30 pregões da Bovespa, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária com base na variação de um índice de preços, e ainda de juros, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, pode conceder aos Beneficiários um desconto de até 15% no Preço de Exercício.

As *units* da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de Units, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 31 de dezembro de 2011, os Programas em vigência eram os discriminados na tabela a seguir:

Programas	Preços de exercício (*) R\$ /Unit	Qtdes. de <i>units</i> outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valores das opções (*) R\$ /Unit	Qtdes. de <i>units</i> exercidas	Qtdes. de <i>units</i> vencidas/caducadas	Qtdes. de <i>units</i> – saldo
<b>20/10/06 – Programa 2006</b>	20,70	231.493			10,70	34.200	197.293	-
- 1o. Lote Anual		77.164	20/10/07	20/10/09		-	77.164	-
- 2o. Lote Anual		77.164	20/10/08	20/10/10		-	77.164	-
- 3o. Lote Anual		77.165	20/10/09	20/10/11		34.200	42.965	-
<b>13/08/07 – Programa 2007</b>	25,67	342.572			12,02	-	233.671	108.901
- 1o. Lote Anual		114.191	13/08/08	13/08/10		-	114.191	-
- 2o. Lote Anual		114.191	13/08/09	13/08/11		-	114.191	-
- 3o. Lote Anual		114.190	13/08/10	13/08/12		-	5.289	108.901
<b>28/02/08 – Programa 2008</b>	22,23	456.331			10,22	142.199	165.748	148.384
- 1o. Lote Anual		152.110	28/02/09	28/02/11		-	152.110	-
- 2o. Lote Anual		152.110	28/02/10	28/02/12		71.098	6.819	74.193
- 3o. Lote Anual		152.111	28/02/11	28/02/13		71.101	6.819	74.191
<b>28/02/08 – Programa Complementar 2008</b>	22,23	1.115.760			7,17	-	1.115.760	-
- Lote Anual		1.115.760	sem carência	28/02/11		-	1.115.760	-

Programas	Preços de	Qtde. de	Prazos de	Prazos de	Valores das	Qtde. de	Qtde. de	Qtde. de
	exercício (*)	unidades				exercidas	vencidas/ caducadas	
	R\$/Unit				R\$/Unit			
<b>27/01/09 – Programa 2009</b>	6,59	1.170.153			3,64	755.258	31.205	383.690
- 1o. Lote Anual		390.051	27/01/10	27/01/12		377.629	9.981	2.441
- 2o. Lote Anual		390.051	27/01/11	27/01/13		377.629	9.981	2.441
- 3o. Lote Anual		390.051	27/01/12	27/01/14		-	11.243	378.808
<b>27/01/10 – Programa 2010</b>	15,35	605.201			6,77	85.312	18.474	501.415
- 1o. Lote Anual		201.734	09/03/11	09/03/13		85.312	5.635	110.787
- 2o. Lote Anual		201.734	09/03/12	09/03/14		-	6.419	195.315
- 3o. Lote Anual		201.733	09/03/13	09/03/15		-	6.420	195.313
<b>19/04/11 – Programa 2011</b>	21,71	535.278			9,12	-	8.858	526.420
- 1o. Lote Anual		178.426	01/02/12	01/02/14		-	2.952	175.474
- 2o. Lote Anual		178.426	01/02/13	01/02/15		-	2.952	175.474
- 3o. Lote Anual		178.426	01/02/14	01/02/16		-	2.954	175.472
<b>Total das opções outorgadas</b>		4.456.788				1.016.969	1.771.009	1.668.810

(\*) Valores originais, nas datas dos programas de outorga das opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, pelas quais as opções poderão ser exercidas em 3 lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

Os prazos de exercício refletem o período de 24 meses, contados a partir dos termos dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

Os custos das opções outorgadas são calculados durante os seus respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Na inexistência, ainda, de histórico representando o índice de caducidade no exercício das opções, se considera, no cálculo acima, que 100% das opções serão exercidas.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 4.014 (R\$ 4.269 em 31 de dezembro de 2010), conforme Nota Explicativa nº 20-a.

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2011, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 0,77%, as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 1,25%.

## 25 Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

### a. Conciliação do IRPJ e CSLL – correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriada ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
<b>Lucro antes da tributação</b>	<b>191.977</b>	<b>121.587</b>	<b>299.533</b>	<b>206.474</b>
Exclusão de equivalência patrimonial	(197.441)	(149.304)	-	-
<b>Lucro antes da tributação ajustado</b>	<b>(5.464)</b>	<b>(27.717)</b>	<b>299.533</b>	<b>206.474</b>
<b>I - Valor base – IRPJ e CSLL</b>	<b>(1.881)</b>	<b>(9.448)</b>	<b>101.817</b>	<b>70.177</b>
- Alíquota 15 % IRPJ e 9% CSLL	(1.311)	(6.652)	71.888	49.554
- Alíquota adicional 10 % IRPJ com dedução de R\$ 240	(570)	(2.796)	29.929	20.623
<b>II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas</b>	<b>(19.883)</b>	<b>(2.702)</b>	<b>(18.706)</b>	<b>(267)</b>
<b>- Adições permanentes</b>				
- Remuneração variável da Diretoria	1.814	-	1.844	1.884
- Plano de opção de compra de ações	1.311	1.451	1.365	1.451
- Outras	1.767	82	2.860	633
<b>- Exclusões permanentes</b>				
- Juros sobre capital próprio pagos	(24.775)	(4.235)	(24.775)	(4.235)
<b>III - Efeitos dos incentivos fiscais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(714)</b>	<b>(1.325)</b>
- Incentivos fiscais	-	-	(714)	(1.325)
<b>IV - TAXA efetiva</b>				
- IRPJ e CSLL ajustado (I + II + III)	(21.764)	(12.150)	82.397	68.585
- Alíquota efetiva	N/A	43,8%	27,5%	33,2%
<b>V - Efeitos do IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>(32.821)</b>	<b>21.701</b>	<b>(29.097)</b>	<b>27.762</b>
- Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (1)	-	21.701	3.724	30.474
- Contabilização inicial de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(32.821)	-	(32.821)	(2.712)
<b>VI - Ajustes extraordinários</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(103)</b>	<b>(1.102)</b>
- IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	-	(103)	(1.102)
<b>Efeitos do IRPJ e CSLL no resultado (IV + V + VI)</b>	<b>(54.585)</b>	<b>9.551</b>	<b>53.197</b>	<b>95.245</b>

(1) Refere-se à Companhia e as controladas Union e Convicon, para as quais não foram constituídos créditos fiscais diferidos em razão de não se enquadrarem nos critérios para este reconhecimento.

### b. Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) aos prejuízos fiscais e às bases negativas, que não possuem prazo prescricional, mas têm o seu aproveitamento limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis, (ii) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (iii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

Com a incorporação da controlada Santos-Brasil, em 15 de setembro de 2011, a Companhia passou a registrar contabilmente os créditos fiscais diferidos, representados pelos seus prejuízos fiscais e pelas diferenças temporárias.

Até 31 de dezembro de 2011, só foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social, sobre as diferenças temporárias, e sobre o RTT, aplicáveis à Companhia e à controlada Nova Logística. Os passivos fiscais diferidos são sempre reconhecidos para a Companhia e todas as controladas. Na Companhia foram constituídos os impostos fiscais diferidos passivos sobre a operação de *Swap*.

	Controladora			
	31.12.2011		31.12.2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Ativo				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	31.747	11.429	-	-
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisão para contingências	27.175	9.783	-	-
Outras provisões	10.202	3.673	-	-
Total	69.124	24.885	-	-

	Consolidado			
	31.12.2011		31.12.2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Ativo				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	31.747	11.429	1.213	437
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisão para contingências	27.332	9.839	21.582	7.770
Outras provisões	11.746	4.229	8.334	3.001
<b>Regime tributário de transição – RTT</b>				
Efeitos do regime tributário de transição	-	-	534	193
Total	70.825	25.497	31.663	11.401

	Controladora			
	31.12.2011		31.12.2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Passivo				
<b>Diferenças temporárias</b>				
Operação de <i>swap</i>	-	-	3.784	1.362
<b>Efeitos do Regime Tributário de Transição</b>				
Amortização do ágio	30.451	10.962	-	-
Depreciação	36.335	13.081	4.002	1.441
Outros	1.246	448	2.639	950
Total	68.032	24.491	10.425	3.753

	Consolidado			
	31.12.2011		31.12.2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Passivo				
<b>Diferenças temporárias</b>				
Operação de <i>swap</i>	-	-	3.784	1.362
<b>Efeitos do Regime Tributário de Transição</b>				
Amortização do ágio	37.611	13.540	31.210	11.236
Depreciação	38.022	13.688	24.876	8.955
Outros	1.423	512	2.790	1.006
Total	77.056	27.740	62.660	22.559

Os impostos diferidos referentes ao RTT foram constituídos na Companhia, e nas controladas Nova Logística e Convicon, principalmente, pelo efeito de amortização dos ágios, e pelo novo critério de depreciação dos equipamentos de carga e dos imóveis.

A realização das diferenças temporárias depende da conclusão dos fatos contábeis ou das ações judiciais que lhes deram origem.

De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, a Companhia fundamenta o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal. Caso se apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o próximo exercício social.

Assim, os créditos fiscais diferidos da controlada Nova Logística, referentes aos prejuízos fiscais e às bases negativas da CSLL registrados em 31 de dezembro de 2011, e mantida a expectativa de lucros tributáveis futuros do estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2011, tinham a sua realização projetada conforme segue:

	IRPJ	CSLL	Total
2012	12.995	4.678	17.673
2013	18.752	6.751	25.503
Total	31.747	11.429	43.176

*c. Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos*

	Controladora			
	31.12.2011		31.12.2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	(31.747)	(11.429)	-	-
Diferenças temporárias	(11.523)	(4.148)	658	237
Regime tributário de transição – RTT	3.134	1.128	6.365	2.291
	(40.136)	(14.449)	7.023	2.528
Total de despesa (receita) com imposto de renda e contribuição social	(40.136)	(14.449)	7.023	2.528

	Consolidado			
	31.12.2011		31.12.2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Imposto reconhecido no resultado</b>				
<b>Despesa corrente</b>				
Do ano	63.812	22.996	46.615	16.053
	63.812	22.996	46.615	16.053
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	(30.534)	(10.992)	2.956	1.830
Diferenças temporárias	(12.944)	(4.660)	(11.602)	(4.177)
Regime tributário de transição – RTT	18.712	6.736	33.729	12.142
Outros	52	19	(1.692)	(609)
	(24.714)	(8.897)	23.391	9.186
Total de despesa com imposto de renda e contribuição social	39.098	14.099	70.006	25.239

## 26 Resultado por ação

### a. Lucro básico por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo período de 2010 conforme o quadro a seguir:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro líquido	169.229	77.333	246.562	77.319	34.717	112.036
Média ponderada das ações	452.491	206.777	659.268	452.567	203.209	655.776
Resultado por ação básico	0,37399	0,37399	0,37399	0,17084	0,17084	0,17084

### b. Lucro diluído por ação

Sobre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro líquido	169.343	77.385	246.562	77.319	34.717	112.036
Média ponderada das ações	452.491	206.777	659.268	452.567	203.209	655.776
Efeitos potenciais de subscrição de opções de ações	587	2.350	2.937	955	3.819	4.774
Resultado por ação diluído	0,37244	0,37244	0,37244	0,16961	0,16961	0,16961

## 27 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e das suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**a. Classificação dos instrumentos financeiros**

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
<b>Ativo</b>				
<b>Valor justo através do resultado</b>				
Caixa e equivalente de caixa	222.557	11.522	266.831	82.566
Aplicações financeiras	28.023	-	28.023	24.947
Swap – BTG Pactual	3.178	-	3.315	-
Swap – Credit Suisse	5.916	11.600	5.916	11.600
Subtotal	259.674	23.122	304.085	119.113
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Contas a receber	88.036	3.700	114.586	68.484
Mútuo a receber	4.364	24.445	-	-
Precatórios a receber	-	-	3.623	3.413
Subtotal	92.400	28.145	118.209	71.897
<b>Passivo</b>				
<b>Valor justo através do resultado</b>				
Swap – BTG Pactual	-	203	-	1.214
Swap – Itaú	52	5.988	53	8.457
Subtotal	52	6.191	53	9.671
<b>Custo amortizado</b>				
Cédulas de crédito à exportação – CCE	161.444	220.098	161.444	220.098
Debêntures	67.526	101.017	67.526	101.017
Débito com partes relacionadas	-	40.933	-	-
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e <i>Leasing</i>	138.760	12.198	145.127	110.827
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional e <i>Leasing</i>	232	-	14.750	34.322
Fornecedores	40.491	12.242	55.459	53.301
Nota de crédito à exportação – NCE	165.666	-	150.549	-
Notas Promissórias	150.549	-	165.666	-
Precatórios a pagar (a)	-	-	1.457	1.457
Subtotal	724.668	386.488	761.978	521.022
Total Geral	1.076.794	443.946	1.184.325	721.703

(a) No exercício de 2010 os precatórios estavam classificados no balanço patrimonial no grupo de outras contas a pagar no passivo circulante, em 2011 o mesmo foi classificado no balanço patrimonial no grupo de outros no passivo não circulante.

**b. Valor justo**

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de swap que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

**b.1 – Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à taxa de juros e variação cambial.

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2011 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações periódicas trimestrais do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar, Libor e CDI, divulgadas pela BM&F.

Em 1º de abril de 2011, a Companhia assinou o primeiro aditamento ao contrato de *Swap* – Credit Suisse, com o objetivo de eliminação do risco cambial da operação. Neste aditamento foram alterados os termos e condições referentes ao parâmetro de atualização da ponta passiva do contrato, anteriormente determinados em variação cambial + Libor + 7,95% a.a., para 108,75% CDI.

A tabela a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A coluna “Recebimentos (pagamentos)” mostra os valores recebidos ou pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e a coluna “Custo” mostra o efeito reconhecido em receita ou despesa financeira associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Controladora			
						Valor justo		Banco Credit Suisse (*)	
						Dez/11	Dez/10	Ponta Ativa	Ponta Passiva
<i>Swap</i> de CDI + Pré	250.000	Set/14	Associado a operação de CCE	8.448	9.746	5.916	11.600	100% CDI + 3,5% a.a.	108,75% CDI

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação da CCE, Nota Explicativa n.º 15.

Os vencimentos do *swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos do financiamento CCE.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Banco BTG Pactual (*)			
						Valor justo		Banco BTG Pactual (*)	
						Dez/11	Dez/10	Ponta Ativa	Ponta Passiva
<i>Swap</i> de variação cambial + cupom – CDI	23.104	Jun/12	Associado a variação cambial	(200)	2.131	3.178	(203)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos do *swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Banco Itaú (*)			
						Valor justo		Banco Itaú (*)	
						Dez/11	Dez/10	Ponta Ativa	Ponta Passiva
<i>Swap</i> de variação cambial + cupom – CDI	55.424	Dez/11	Associado a variação cambial	(9.984)	(4.281)	(52)	(5.988)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos do *swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Consolidado			
						Valor justo		Banco Credit Suisse (*)	
						Dez/11	Dez/10	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Swap de CDI + Pré	250.000	Set/14	Associado a operação de CCE	8.448	9.746	5.916	11.600	100% CDI + 3,5% a.a.	108,75% CDI

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação da CCE, Nota Explicativa n.º 15.

Os vencimentos do *swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos do financiamento CCE sem nenhum tipo de *swap* com opção embutida, "gatilho".

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Banco BTG Pactual (*)			
						Valor justo		Banco BTG Pactual (*)	
						Dez/11	Dez/10	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Swap de variação cambial + cupom – CDI	24.102	Jun/11	Associado a variação cambial	(1.192)	3.315	3.315	(1.214)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos do *swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Banco Itaú (*)			
						Valor justo		Banco Itaú (*)	
						Dez/11	Dez/10	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Swap de variação cambial + cupom – CDI	56.378	Dez/11	Associado a variação cambial	(14.036)	(6.551)	(53)	(8.457)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos do *swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

### b.2 – Demais instrumentos financeiros

Considerando como base as projeções de taxas de juros e moedas da BM&F e Bloomberg, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

**Empréstimos, Financiamentos e Debêntures** – Foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas e taxas de juros da BM&F e Bloomberg, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas, a BM&F e Bloomberg, não foram considerados o risco de crédito próprio, bem como eventual *spread* bancário por serem considerados irrelevantes.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento da parcela, obtido na curva de juros de mercado em Reais.

**Aplicações financeiras** – As aplicações financeiras em Fundos de Investimento e CDBs, estão sendo apresentadas pelo seu valor justo dada a classificação de valor justo através do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2011, os valores de mercado dos instrumentos financeiros "não derivativos" obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31.12.2011</b>	
	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativo</b>		
Caixa e equivalente de caixa	222.557	222.557
Aplicações financeiras	28.023	28.023
Contas a receber	88.036	88.036
Operações com <i>swap</i>	9.094	9.094
Mútuo a receber	4.364	4.364
Total	352.074	352.074
<b>Passivo</b>		
Empréstimos e financiamentos	616.651	592.809
Debêntures	67.526	81.984
Fornecedores	40.491	40.491
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	63.620	63.620
Operações com <i>swap</i>	52	52
Total	788.340	778.956
<b>Consolidado</b>		
<b>31.12.2011</b>		
	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativo</b>		
Caixa e equivalente de caixa	266.831	266.831
Aplicações financeiras	28.023	28.023
Contas a receber	114.856	114.856
Operações com <i>swap</i>	9.231	9.231
Total	418.941	418.941
<b>Passivo</b>		
Empréstimos e financiamentos	637.536	607.084
Debêntures	67.526	81.984
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	63.620	63.620
Fornecedores	55.459	55.459
Operações com <i>swap</i>	53	53
Total	824.194	808.200

**c. Ativos e passivos em moeda estrangeira - Consolidado**

Havia somente saldos de passivos denominados em moeda estrangeira, como segue:

Natureza do saldo	Controladora		Moeda
	Valor (em R\$)		
	31.12.2011	31.12.2010	
Financiamento Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC	342	303	US\$
Financiamento Finimp	125.079	80.754	US\$
Financiamento Finimp	13.339	25.002	€
Leasing	-	310	US\$
<b>Total</b>	<b>138.760</b>	<b>110.827</b>	

Natureza do saldo	Consolidado		Moeda
	Valor (em R\$)		
	31.12.2011	31.12.2010	
Financiamento Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC	342	303	US\$
Financiamento Finimp	128.469	80.754	US\$
Financiamento Finimp	13.339	25.002	€
Supplier Credit	2.977	4.458	€
Leasing	-	310	US\$
<b>Total</b>	<b>145.127</b>	<b>110.827</b>	

**d. Hierarquias de valor justo**

As tabelas abaixo apresentam instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo, utilizando o método do fluxo de caixa descontado.

	Controladora			
	31.12.2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	4.494	218.063	-	222.557
<b>Aplicações financeiras</b>	-	28.023	-	28.023
<b>Derivativos de Passivos financeiros</b>				
Swap – BTG Pactual	-	3.178	-	3.178
Swap – CCE	-	5.916	-	5.916
Swap – Itaú	-	(52)	-	(52)

	Consolidado			
	31.12.2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	6.894	259.937	-	266.831
<b>Aplicações financeiras</b>	-	28.023	-	28.023
<b>Derivativos de Passivos financeiros</b>				
Swap – BTG Pactual	-	3.315	-	3.315
Swap – CCE	-	5.916	-	5.916
Swap – Itaú	-	(53)	-	(53)

Não houve transferência de ativos ou passivos entre os níveis da hierarquia de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os instrumentos financeiros não derivativos classificados com valor justo através do resultado possuem basicamente hierarquia nível 2.

**e. Risco de crédito**

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 1.494, representando 1,28% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2010, esta provisão era de R\$ 540, equivalentes a 0,78%.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalente de caixa	222.557	11.522	266.831	82.566
Aplicações financeiras	28.023	-	28.023	24.947
Contas a receber	88.036	3.700	114.586	68.484
Operações com <i>swap</i>	9.094	11.600	9.231	11.600
Mútuo a receber	4.364	-	-	-
<b>Total</b>	<b>352.074</b>	<b>26.822</b>	<b>418.671</b>	<b>187.597</b>

**f. Risco de liquidez**

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Empresa é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa no conceito de EBITDA e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

	Controladora			
	31.12.2011	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
<b>Passivo</b>				
Cédulas de crédito à exportação – CCE	161.444	58.314	103.130	-
Debêntures	67.526	34.344	33.182	-
Fornecedores	40.491	40.491	-	-
Notas Promissórias	165.666	165.666	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	63.620	63.620	-	-
Nota de crédito à exportação – NCE	150.549	30.789	119.760	-
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	232	232	-	-
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	138.760	49.385	74.284	15.091
Operações com <i>swap</i>	52	52	-	-
<b>Total</b>	<b>788.340</b>	<b>442.893</b>	<b>330.356</b>	<b>15.091</b>

## Consolidado

Passivo	Consolidado			
	31.12.2011	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Cédulas de crédito à exportação – CCE	161.444	58.314	103.130	-
Debêntures	67.526	34.344	33.182	-
Fornecedores	55.459	55.459	-	-
Notas Promissórias	165.666	165.666	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	63.620	63.620	-	-
Nota de crédito à exportação – NCE	150.549	30.789	119.760	-
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	14.750	4.518	10.071	161
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	145.127	51.341	78.029	15.757
Operações com <i>swap</i>	53	53	-	-
<b>Total</b>	<b>824.194</b>	<b>464.104</b>	<b>344.172</b>	<b>15.918</b>

**g. Risco de mercado**

Nossas políticas de gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Dólar norte-americano e o Euro que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com valorização em relação ao Real de 8,34% e 7,99%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2010.

A Empresa mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia. Adicionalmente também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra os mesmos.

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a Empréstimos e Financiamentos, tais operações não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculados. Dentre as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**Exposição cambial**

	Controladora		
	USD	EUR	Moeda
Empréstimos e financiamentos	125.079	13.339	BRL
(-) Instrumentos de <i>hedge</i>	(48.322)	-	BRL
<b>Exposição líquida</b>	<b>76.757</b>	<b>13.339</b>	

A política da Companhia é de gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o semestre subsequente. Deste modo, a exposição líquida apresentada acima referem-se as amortizações superiores ao período estipulado na política.

**Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira**

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Administração considera os mesmos como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e suas controladas. Além desse cenário a CVM através da Instrução nº 475 determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais tomou-se como base 31 de dezembro de 2011.

Operação	Controladora – Saldos patrimoniais			
	Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	US\$/Euro	138.760	177.949	213.539
Swap – BTG Pactual (ganho)	US\$/CDI	(3.234)	(10.046)	(16.857)
Swap – Itaú (ganho)	US\$/CDI	(4)	(6.336)	(12.667)
<b>Taxas</b>				
US\$		1,88	2,34	2,81
Euro		2,42	3,03	3,63

Operação	Consolidado – Saldos patrimoniais			
	Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	US\$/Euro	145.127	186.093	223.311
Swap – BTG Pactual (ganho)	US\$/CDI	(3.373)	(10.478)	(17.584)
Swap – Itaú (ganho)	US\$/CDI	(4)	(6.675)	(13.345)
<b>Taxas</b>				
US\$		1,88	2,34	2,81
Euro		2,42	3,03	3,63

A Administração não considerou como variáveis de risco as taxas de juros, entendendo que as mesmas não têm tendência em apresentar oscilações relevantes.

#### **h. Risco de Juros**

Abaixo estão sendo apresentados os saldos que estão expostos a volatilidade das taxas de juros praticadas.

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalente de caixa	222.557	11.522	266.831	82.566
Aplicações financeiras	28.023	-	28.023	24.947
Operações com <i>swap</i>	9.094	11.600	9.231	11.600
Total	259.674	23.122	304.085	119.113
<b>Passivo</b>				
Cédulas de crédito à exportação – CCE	161.444	220.098	161.444	220.098
Debêntures	67.526	101.017	67.526	101.017
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	138.760	12.198	145.127	110.827
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	232	-	14.750	34.322
Nota de crédito à exportação – NCE	150.549	-	150.549	-
Notas Promissórias	165.666	-	165.666	-
Operações com <i>swap</i>	52	6.191	53	9.671
Total	684.229	339.504	705.115	475.935

**Análise de sensibilidade de taxa de juros**

A Companhia gerencia este risco ponderando a contratação de taxas pós fixadas e pré fixadas, de forma que a Administração entenda de que qualquer volatilidade destas taxas não afetaria significativamente seu resultado.

**28 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2011, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL – TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário – SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Mar/2012
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil Empregador – RCE	1.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Mar/2012
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Mar/2012
<b>Frota</b>			
Seguro da Frota de Veículos (3 veículos) (RCV)	175	R\$	Out/2012
Seguro da Frota de Veículos (3 veículos) (APP)	10	R\$	Out/2012
<b>FILIAL – TECON SANTOS</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário – SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Mar/2012
Bens Móveis e Imóveis	17.850	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil Empregador – RCE	1.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Mar/2012
Transporte de Mercadorias	2.000	US\$	Mar/2012
Transporte de Passageiros em Embarcações – RC e Danos Morais	1.000	US\$	Mar/2012
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Mar/2012
<b>Administradores e Diretores</b>			
Responsabilidade Civil – D&O	30.000	R\$	Jun/2012
<b>Riscos Nomeados – Escritórios</b>			
Santos e São Paulo	3.700	R\$	Abr/2012
<b>Frota</b>			
Seguro da Frota de Veículos (48 veículos) (RCV)	175	R\$	Out/2012
Seguro da Frota de Veículos (48 veículos) (APP)	10	R\$	Out/2012
<b>FILIAL – TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário – SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Mar/2012
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil Empregador – RCE	1.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Mar/2012
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Mar/2012
<b>Frota</b>			
Seguro da Frota de Veículos (3 veículos) (RCV)	175	R\$	Out/2012
Seguro da Frota de Veículos (3 veículos) (APP)	10	R\$	Out/2012
<b>FILIAL – TECON SANTOS</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário – SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Mar/2012
Bens Móveis e Imóveis	17.850	US\$	Mar/2012

	Consolidado		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
Responsabilidade Civil Empregador – RCE	1.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Mar/2012
Transporte de Mercadorias	2.000	US\$	Mar/2012
Transporte de Passageiros em Embarcações – RC e Danos Morais	1.000	US\$	Mar/2012
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Mar/2012
<b>Administradores e Diretores</b>			
Responsabilidade Civil – D&O	30.000	R\$	Jun/2012
<b>Riscos Nomeados – Escritórios</b>			
Santos e São Paulo	3.700	R\$	Abr/2012
<b>Frota</b>			
Seguro da Frota de Veículos (48 veículos) (RCV)	175	R\$	Out/2012
Seguro da Frota de Veículos (48 veículos) (APP)	10	R\$	Out/2012
<b>NOVA LOGÍSTICA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário – SOP</b>			
Responsabilidade Civil	50.000	US\$	Mar/2012
Bens Móveis e Imóveis	17.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil Empregador – RCE	1.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Mar/2012
Transporte de Mercadorias	2.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil Ampla para CD São Bernardo do Campo	50.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil Ampla para CD Jaguaré	30.000	US\$	Mar/2012
<b>Danos Elétricos</b>	250	US\$	Mar/2012
<b>Transporte Rodoviário de Carga – RCTR – C</b>	4.000	R\$	Jun/2012
<b>Furto e Desvio de Carga – RCF – DC</b>	2.000	R\$	Jun/2012
<b>Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa</b>			
RCF – Danos Materiais	200	R\$	Out/2012
RCF – Danos Pessoais	700	R\$	Out/2012
RCF – Danos Morais	90	R\$	Out/2012
<b>CONVICON</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário – SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Mar/2012
Bens Móveis e Imóveis	5.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil Empregador – RCE	1.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Mar/2012
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Mar/2012
<b>Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa</b>			
RCF – Danos Materiais	500	R\$	Out/2012
RCF – Danos Pessoais	500	R\$	Out/2012
RCF – Danos Morais	100	R\$	Out/2012
<b>Frota</b>			
Seguro da Frota de Veículos (3 veículos) (RCV)	175	R\$	Out/2012
Seguro da Frota de Veículos (3 veículos) (APP)	10	R\$	Out/2012
<b>UNION</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário – SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Mar/2012
Bens Móveis e Imóveis	1.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil Empregador – RCE	1.000	US\$	Mar/2012
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Mar/2012
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Mar/2012

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 29 Comprometimento de capital

Existem solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$ 14.096 (R\$ 59.979 em 31 de dezembro de 2010), os quais não estão contabilizados nessas demonstrações financeiras, pois não foram considerados como compromissos firmados.

### 30 Segmentos Operacionais

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações que abaixo integram esta nota explicativa, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por Segmento.

A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações, seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e se reportando à Diretoria Estatutária. Da mesma forma são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As práticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme Nota Explicativa nº 3.

#### • *Os segmentos operacionais são:*

Terminais Portuários de Contêineres, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio: (i) Tecon Santos, (ii) Tecon Imbituba, incluindo o Terminal de Carga Geral e (iii) Tecon Vila do Conde, cujos contextos operacionais estão nas Notas Explicativas nº 1-a, 1-b, 1-d e 1-e. As suas atividades são as de operador portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais.

A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por se tratarem de unidades de semelhantes características econômicas e, também, semelhantes: (i) natureza dos processos de produção, (ii) tipo ou categoria de clientes dos seus serviços, (iii) métodos usados para prestar os serviços e (iv) natureza do ambiente regulatório.

Logística, com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo e Imbituba, com contexto operacional descrito na Nota Explicativa nº 1-c, engloba, também, as atividades de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres.

Terminal de Veículos, com unidade de negócio no Porto de Santos e com histórico descrito na Nota Explicativa nº 1-d, engloba as atividades de embarque e desembarque de veículos em navios do fluxo comercial de exportação e importação e as atividades de pátio, principalmente armazenagem alfandegada.

#### • *As demonstrações são:*

Demonstração do Resultado até o EBITDA – Earnings Before Interest, taxes, Depreciation and Amortization (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nesta demonstração também é apresentado o EBIT – Earnings Before Interest and Taxes;

Demonstração do Capital Empregado, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades.

Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações, as informações das atividades corporativas que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou seja, os valores relacionados: (i) à administração central, (ii) à gestão financeira e (iii) aos tributos diretos sobre o lucro. Estão, também, no grupo corporativo, os valores relacionados à premiação pelo resultado, incluindo o plano de remuneração baseado em ações.

Seguem, as demonstrações citadas, para os períodos a que se referem estas demonstrações financeiras.

**Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional – 31.12.2011**

<b>Contas</b>	<b>Terminais portuários</b>	<b>Logística</b>	<b>Terminal de veículos</b>	<b>Corporativo</b>	<b>Eliminações</b>	<b>Consolidado</b>
Receita operacional bruta	997.501	216.146	65.089	-	-	1.278.736
Deduções da receita	(112.670)	(31.184)	(10.212)	-	-	(154.066)
Receita operacional líquida	884.831	184.962	54.877	-	-	1.124.670
Custo dos serviços prestados	(473.933)	(123.554)	(29.009)	-	-	(626.496)
Custos variáveis/fixos	(395.563)	(117.996)	(19.929)	-	-	(533.488)
Depreciação/amortização	(78.370)	(5.558)	(9.080)	-	-	(93.008)
Lucro bruto	410.898	61.408	25.868	-	-	498.174
Despesas operacionais	(60.582)	(27.347)	(332)	(63.413)	-	(151.674)
Despesas com vendas	(16.987)	(14.041)	(66)	-	-	(31.094)
Despesas gerais e administrativas	(44.160)	(12.645)	(311)	(44.160)	-	(101.276)
Depreciação/amortização	(1.460)	(372)	-	(15.594)	-	(17.426)
Outras	2.025	(289)	45	(3.659)	-	(1.878)
EBIT	350.316	34.061	25.536	(63.413)	-	346.500
Depreciação/amortização	79.830	5.930	9.080	15.594	-	110.434
EBITDA	430.146	39.991	34.616	(47.819)	-	456.934
Resultado financeiro	-	-	-	(46.967)	-	(46.967)
IRPJ / CSLL	-	-	-	(53.197)	-	(53.197)
Participação de Minoritários	-	-	-	226	-	226
Lucro líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	246.562

**Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional – 31.12.2010**

<b>Contas</b>	<b>Terminais portuários</b>	<b>Logística</b>	<b>Terminal de veículos</b>	<b>Corporativo</b>	<b>Eliminações</b>	<b>Consolidado</b>
Receita operacional bruta	787.188	165.486	30.577	-	(596)	982.655
Deduções da receita	(88.647)	(23.912)	( 4.618)	-	55	(117.122)
Receita operacional líquida	698.541	141.574	25.959	-	(541)	865.533
Custo dos serviços prestados	(391.310)	(105.056)	(21.957)	-	541	(517.782)
Custos variáveis/fixos	(322.295)	(100.974)	(12.888)	-	541	(435.616)
Depreciação/amortização	(69.015)	(4.082)	(9.069)	-	-	(82.166)
Lucro bruto	307.231	36.518	4.002	-	-	347.751
Despesas operacionais	(53.518)	(20.664)	(120)	(63.818)	-	(138.120)
Despesas com vendas	(12.986)	(9.976)	(17)	-	-	(22.979)
Despesas gerais e administrativas	(37.088)	(10.640)	(103)	(35.557)	-	(83.388)
Depreciação/amortização	(1.397)	(375)	-	(16.523)	-	(18.295)
Outras	(2.047)	327	-	(11.738)	-	(13.458)
EBIT	253.713	15.854	3.882	(63.818)	-	209.631
Depreciação/amortização	70.412	4.457	9.069	16.523	-	100.461
EBITDA	324.125	20.311	12.951	(47.295)	-	310.092
Resultado financeiro	-	-	-	(3.157)	-	(3.157)
IRPJ / CSLL	-	-	-	(95.245)	-	(95.245)
Participação de Minoritários	-	-	-	807	-	807
Lucro líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	112.036

Em 31 de dezembro de 2011, as receitas de um cliente do segmento de Terminais Portuários representaram aproximadamente R\$ 231.152 (R\$ 140.300 em 31 de dezembro de 2010), representando 24,9% do total da receita bruta consolidada.





### **Conselho de Administração**

Richard Klien (Presidente)

Verônica Valente Dantas (Vice Presidente)

Marcos Nascimento Ferreira

Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim

José Raul Sant'Anna

Andreas Klien

Alcides Lopes Tápias (Independente)

Hans Jurgen Friedrich Peters (Independente)

Wallim Cruz de Vasconcellos Junior (Independente)

### **Suplentes**

Fabio Perrone Campos Mello

João Mendes de Oliveira Castro

Eduardo de Britto Pereira de Azevedo

Norberto Aguiar Tomaz

Itamar Benigno Filho

Guido Vinci

## **Diretoria**

Antônio Carlos Duarte Sepúlveda – Diretor-Presidente

Washington Cristiano Kato – Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Caio Marcelo Morel Correa – Diretor de Operações

Mauro Santos Salgado – Diretor Comercial

## **Conselho Fiscal**

Gilberto Braga (Presidente)

Leonardo Guimarães Pinto

Antonio Carlos Pinto de Azeredo

Eduardo Grande Bittencourt

## **Suplentes**

Marcello Martins Rodrigues

Marcelo de Freitas Lapa Santos

Mauro Ormeu Cardoso Amorelli

Alexandre Luiz Oliveira de Toledo

Luiz Carlos Quene TC/CRC 1SP192166/O-6

Diretor de Controladoria